UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
FACULDADE DE DIREITO DE ALAGOAS – FDA

JOÃO LUCAS COSTA E SILVA

Efeito Erga Omnes e Vinculante no Controle de Constitucionalidade Aplicado pelo STF: A Incoerência da Concentração do Controle Difuso por meio da Teoria da Mutação Constitucional

Maceió
2024

JOÃO LUCAS COSTA E SILVA

Efeito Erga Omnes e Vinculante no Controle de Constitucionalidade Aplicado pelo STF: A Incoerência da Concentração do Controle Difuso por meio da Teoria da Mutação Constitucional

Trabalho de conclusão de curso submetido ao corpo docente do Curso de Graduação em Direito da Faculdade de Direito de Alagoas (FDA), unidade acadêmica da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Direito.

Orientador: Prof. Me. Thiago Rodrigues Pontes Bomfim.

Maceió
2024

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

C837e Costa e Silva, João Lucas.
Efeito *erga omnes* e vinculante no controle de constitucionalidade aplicado pelo STF : a incoerência da concentração do controle difuso por meio da teoria da mutação constitucional / João Lucas Costa e Silva. – 2024.
64 f.

Orientador: Thiago Rodrigues Pontes Bomfim.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Direito) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Direito de Alagoas. Maceió, 2024.

Bibliografia: f. 62-64.

1. Brasil. Supremo Tribunal Federal. 2. Concentração do controle difuso. 3. Controle de constitucionalidade. I. Título.

CDU: 342.531.43(81)

Não há exemplo maior de dedicação do que o da nossa família. À minha querida família, que tanto admiro, dedico o resultado do esforço realizado ao longo deste percurso, sem vocês, não seria possível.

AGRADECIMENTOS

Expresso minha gratidão a Deus pela dádiva da vida e saúde, assim como pela oportunidade de estar cercado por pessoas notáveis ao longo de minha jornada. Agradeço por todas as oportunidades concedidas e pelos meios proporcionados para superar os desafios, na certeza de que nada foi coincidência, tudo providência Divina.

Aos meus pais, Lidiana Gomes Costa e Fernando Souza da Silva, dedico uma gratidão imensurável. Foram eles que me criaram e educaram, moldando-me no homem e profissional que sou hoje, não me permitindo que duvidasse da possibilidade de alcançar tudo isso. Faço um destaque especial à minha mãe, cujo esforço incansável, muitas vezes sacrificando o conforto de nosso lar ao trabalhar das 07:00 às 22:00, possibilitou-me a melhor educação possível durante toda minha vida, proporcionando minha aprovação na Universidade Federal de Alagoas. Tenho plena convicção de que todo o sacrifício, amor e carinho ao longo de minha vida foram os alicerces para realizarmos juntos o sonho da graduação. Com sinceridade e do fundo do meu coração, agradeço e dedico todas as minhas conquistas a eles; sem meus pais, eu nada seria.

Às minhas Tias Aline Paula Gomes Costa, Lilian Gomes Costa Ferreira e Fernanda Souza de Lima Barros, que em todas as etapas estiveram juntas comigo, me incentivando e comemorando minhas conquistas, sendo, por muitas vezes, minhas financiadoras nas adversidades ao longo de toda minha infância, adolescência e vida adulta. Juntas, contribuíram para formar o meu caráter e personalidade, sempre com incentivo recíproco e um sentimento de proteção, amor e cuidado que foram fundamentais para a minha formação enquanto pessoa e para moldar a maneira como lido com os desafios da vida. Agradeço por terem sido tão importantes na minha vida enquanto tias e por todo o apoio que sempre me deram.

Ao Sr. Frederico de Lima Barros (*in memoriam*), a quem tive a honra de chamar de tio e padrinho, expresso minha eterna gratidão. Foi meu segundo pai em todos os momentos de necessidade, meu professor, conselheiro e orientador espiritual. As palavras me faltam para descrever todas as funções que desempenhou em minha vida. Infelizmente, o destino não permitiu que o senhor testemunhasse minha jornada acadêmica em vida, um sonho que compartilhamos intensamente. Contudo, sinto seu amor e presença sempre que contemplo o céu em busca de orientação. Tenho a convicção de que ao lado de Deus, o senhor nos guarda, observando com orgulho todas as conquistas alcançadas. A saudade é profunda e eterna, mas encontro tranquilidade na certeza de um reencontro futuro ao lado do Pai.

Aos meus avós, Paulo Jorge Costa, Luzinete Gomes da Costa e Luzinária de Almeida Souza, que sempre me acolheram como um verdadeiro filho, não poupando esforços para me oferecer amor, carinho, cuidado, proteção e ouvidos atentos. Expresso meu eterno agradecimento a eles, que sempre sonharam com a conclusão da minha graduação, me chamando de "meu advogado". Acreditaram em meu potencial e divulgam com orgulho meu percurso para todos que encontram na rua.

À minha namorada, Rebecca Edla Ferreira de Castro, que há 7 anos compartilha sua vida com a minha, testemunhando minha jornada desde o final do ensino médio. Ela enfrentou comigo a frustração da primeira reprovação no ENEM e celebrou comigo a aprovação no curso dos meus sonhos. Esteve de mãos dadas comigo ao longo dos 5 longos anos de graduação, sendo minha maior confidente e verdadeira parceira. Sua presença constante em cada conquista e nos momentos mais desafiadores é um tesouro inestimável em minha vida. Tenho certeza de que construiremos uma família linda juntos.

A todos os meus colegas da faculdade, com destaque especial para Carlos Daniel Oliveira Cavalcante, Rene Ventura Loiola Carlos e Vitor Soares Leite, expresso minha profunda gratidão por compartilharmos juntos as vicissitudes e desafios acadêmicos, bem como por desfrutarmos de momentos inesquecíveis em festas, viagens, eventos e seminários. Sem a presença de vocês, a graduação seria carente da alegria que tornou essa jornada tão especial.

Agradeço calorosamente a todos os professores da Faculdade de Direito de Alagoas, cujo papel foi e continua sendo fundamental em minha formação acadêmica e profissional. Em especial, dedico minha gratidão ao Prof. Thiago Rodrigues de Pontes Bomfim, meu orientador neste trabalho e a quem tive a honra de servir como monitor por mais de dois anos nas disciplinas de Teoria Geral da Constituição e Processo Constitucional. Um reconhecimento especial também é dirigido à minha professora e eterna diretora, Elaine Cristina Pimentel, que esteve ao meu lado em todos os desafios enquanto Coordenador-Geral do Centro Acadêmico Guedes de Miranda – CAGM e Conselheiro Titular da Faculdade de Direito de Alagoas – FDA.

Agradeço igualmente a todos com quem tive a oportunidade de colaborar, em particular aos membros da 1ª Relatoria da Turma Recursal da Justiça Federal em Alagoas, representados pelo Excelentíssimo Senhor Juiz Federal Guilherme Masaiti, e aos integrantes das 61ª e 62ª Promotorias de Justiça da Capital, na pessoa da Excelentíssima Senhora Promotora de Justiça Karla Padilha, com quem adquiri valiosos aprendizados.

É a todas essas pessoas que dedico minha gratidão pela conquista do título de Bacharel em Direito.

Por vezes, sentimos que aquilo que fazemos não é senão uma gota de água no mar. Mas o mar seria menor se lhe faltasse uma gota.

Madre Teresa de Calcutá

RESUMO

No âmbito deste Trabalho de Conclusão de Curso, foi realizada uma investigação centrada na análise da aplicação do Art. 52, X, da Constituição Federal pelo Supremo Tribunal Federal (STF). O foco recaiu sobre as interpretações que buscam conferir eficácia *erga omnes* e efeito vinculante às decisões de inconstitucionalidade proferidas pela Corte no controle de constitucionalidade repressivo pela via difusa, sem a necessidade da promulgação de resolução pelo Senado Federal, à semelhança do que ocorre no controle repressivo pela via concentrada. Para tanto, foram apresentados de forma elucidativa os fundamentos do controle de constitucionalidade no Brasil, com uma análise detalhada dos modelos estrangeiros que embasaram o sistema difuso e concentrado, de modo a traçar um panorama histórico de cada modelo, destacando o momento de sua introdução no ordenamento jurídico brasileiro. Ademais, abordou-se o modelo híbrido adotado no país, que combina elementos do sistema concentrado europeu de inspiração kelseniana com o sistema americano da "judicial review". Ademais, explorou-se a transformação na funcionalidade do Supremo Tribunal Federal, evidenciando a apropriação de prerrogativas constitucionais do Senado Federal sob a justificativa da teoria da mutação constitucional. Foi empreendida uma análise do paradigma contemporâneo, desvendando os fundamentos e motivações que conduziram o STF a adotar essa posição. Tal abordagem incluiu uma análise crítica das opiniões doutrinárias favoráveis, seguida de uma avaliação das críticas à abstrativização do controle difuso, com especial destaque às manifestações dissidentes de ministros do STF no julgamento da Reclamação Constitucional nº 4.335/AC. Ao final, foi detalhada a incongruência intrínseca ao paradigma atual do STF na atribuição de eficácia *erga omnes* e efeito vinculante às suas decisões no controle repressivo pela via difusa. Foram analisados argumentos favoráveis e contrários à teoria da mutação constitucional, além de expor quais seriam os métodos constitucionalmente adequados para superar a inconstitucionalidade subjacente à posição do STF, incluindo a discussão sobre a súmula vinculante e a possibilidade de emenda constitucional para modificar o Art. 52, X. Em síntese, o trabalho conclui que a postura do STF ao aplicar a teoria da mutação constitucional para conferir efeitos vinculantes no controle difuso carece de coerência e conformidade com a Constituição. Destaca-se a clareza do Art. 52, X, que não permite interpretações que desviem de sua intenção original. A sugestão é que o STF utilize meios como a súmula vinculante ou remeta decisões ao Senado Federal, em conformidade com a Constituição, para atribuir os efeitos desejados, evitando a atual insegurança jurídica e a transgressão ao princípio da separação dos poderes.

Palavras-chave: Concentração do Controle Difuso; Supremo Tribunal Federal; Controle de Constitucionalidade.

ABSTRACT

Within the scope of this Course Completion Work, an investigation was carried out focusing on the analysis of the application of Article 52, X, of the Federal Constitution by the Federal Supreme Court (STF). The focus was on interpretations that seek to confer *erga omnes* efficacy and binding effect on decisions of unconstitutionality handed down by the Court in the control of repressive constitutionality through diffuse means, without the need for the promulgation of a resolution by the Federal Senate, similar to what occurs in repressive control through technical means. To this end, the foundations of constitutionality control in Brazil were presented in an elucidative manner, with a detailed analysis of the foreign models that supported the diffuse and concentrated system, in order to outline a historical overview of each model, highlighting the moment of its introduction into the Brazilian legal system. Furthermore, the hybrid model adopted in the country was discussed, which combines elements of the European concentrated system of Kelsenian inspiration with the American system of "judicial review". Furthermore, the transformation in the functionality of the Federal Supreme Court was explored, highlighting the appropriation of constitutional prerogatives of the Federal Senate under the justification of the theory of constitutional mutation. An analysis of the contemporary paradigm was undertaken, unveiling the foundations and motivations that led the STF to adopt this position. This approach included a critical analysis of detailed doctrinal opinions, followed by an evaluation of criticisms of the abstraction of diffuse control, with special emphasis on the dissenting expressions of STF ministers in the judgment of Constitutional Complaint No. 4,335/AC. In the end, the incongruity intrinsic to the STF's current paradigm in attributing *erga omnes* effectiveness and binding effect to its decisions in repressive control through diffuse means was detailed. Arguments developed against the theory of constitutional mutation were developed, in addition to exposing what would be the appropriate constitutional methods to overcome the unconstitutionality underlying the STF's position, including the discussion on the binding precedent and the possibility of a constitutional amendment to modify the art. 52, The clarity of Article 52, X stands out, which does not allow interpretations that deviate from its original intention. The suggestion is that the STF use means such as the binding summary or refer decisions to the Federal Senate, in accordance with the Constitution, to guarantee the desired effects, avoiding the current legal uncertainty and transgression of the principle of separation of powers.

Keywords: Diffuse Control Concentration; Federal Court of Justice; Constitutionality Control.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 CARACTERIZAÇÃO DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO BRASIL ATUAL	15
2.1 O CONTROLE DIFUSO DE INSPIRAÇÃO AMERICANA	15
2.2 O CONTROLE CONCENTRADO DE INSPIRAÇÃO AUSTRIACA	20
2.3 PECULIARIDADES DO SISTEMA HÍBRIDO BRASILEIRO	25
3 REDEFINIÇÃO DO PAPEL DO SUPREMO – O MODELO ATUAL E CRÍTICAS À ABSTRATIVIZAÇÃO DO CONTROLE DIFUSO.....	29
3.1 APRESENTAÇÃO DA PROBLEMÁTICA - REDEFINIÇÃO DO PAPEL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	29
3.2 MODELO ATUAL E SEUS FUNDAMENTOS	33
3.3 CRÍTICAS À ABSTRATIVIZAÇÃO DO CONTROLE DIFUSO.....	38
4. A INCOERÊNCIA DO MODELO ATUAL E OS MÉTODOS ADEQUADOS PARA SUPERAR A INCONSTITUCIONALIDADE	45
4.1 A INCOERÊNCIA DO MODELO ATUAL.....	45
4.2 SÚMULA VINCULANTE – UMA SOLUÇÃO À ABSTRATIVIZAÇÃO DO CONTROLE DIFUSO	49
4.3 EMENDA CONSTITUCIONAL – UMA POSSIBILIDADE AO STF	54
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
REFERÊNCIAS	62

1 INTRODUÇÃO

A presença do mecanismo de controle de constitucionalidade manifesta-se de maneira inequívoca mediante a contemplação de dois axiomas fundamentais inscritos nas entranhas da Constituição Federal, os quais não só facilitam sua identificação, mas também contribuem para sua definição como ferramenta assecuratória de direitos e deveres. Esses pilares são: a supremacia constitucional, que eleva o texto constitucional ao ápice do ordenamento jurídico, e a rigidez constitucional, característica que denota a exigência de um processo mais árduo para emendas à Constituição, em contraste com a maleabilidade das normas infraconstitucionais (BARROSO, 2022).

Sob esta ótica analítica, no contexto jurídico brasileiro, a modalidade de controle de constitucionalidade a ser exercida sobre uma norma jurídica identificada como inconstitucional é determinada pelo instante temporal de sua detecção. Na hipótese de ocorrência antes da promulgação do ato normativo, instaura-se o controle preventivo, enquanto, no cenário em que a constatação se dá após a norma adentrar o universo jurídico, instaura-se o controle repressivo. Considerando esse panorama, o foco principal deste estudo recai exclusivamente sobre o controle de constitucionalidade na modalidade repressiva e os desdobramentos inerentes à sua aplicação, seja por meio da via difusa/incidental ou por intermédio da via concentrada/direta.

Adicionalmente, cabe salientar que qualquer norma, ao incorporar-se ao corpo normativo, é imbuída pelo axioma da presunção de constitucionalidade. Tal prerrogativa decorre do fato de que, antes de ser promulgada e de começar a desdobrar seus efeitos jurídicos, submeteu-se ao escrutínio de constitucionalidade preventivo nas instâncias das Comissões de Constituição e Justiça e, caso não se trate de um Projeto de Emenda Constitucional, à apreciação mediante veto ou sanção por parte do chefe do Poder Executivo. Destarte, sua constitucionalidade é presumida de maneira relativa (*juris tantum*) até que, eventualmente, seja impugnada no âmbito do controle de constitucionalidade repressivo.

Nesse ponto, é imperativo destacar que a Carta Magna brasileira abraça o denominado "modelo híbrido" de controle de constitucionalidade, amalgamando elementos tanto do sistema concentrado, de inspiração europeia, quanto do sistema norte-americano, embasado no conceito da *judicial review*, o qual confere ao próprio Poder Judiciário a competência de revisitar seus próprios atos.

Nessa senda, convém ressaltar que os efeitos do controle de constitucionalidade variam substancialmente conforme o modelo empregado. Caso seja conduzido de maneira

difusa/incidental, via de regra, os efeitos da decisão reverberarão tão somente *inter partes*, ou seja, encontrarão limitação circunscrita às partes envolvidas naquela específica controvérsia, não estendendo sua influência aos demais indivíduos alheios à lide e desprovidos de obrigatoriedade vinculante para os demais órgãos do Poder Judiciário e da Administração Pública. Por outro lado, quando o controle é exercido pela via direta/concentrada, a resolução ostentará efeito *erga omnes* e eficácia vinculante, atingindo, assim, a coletividade como um todo e impondo-se como de observância compulsória aos órgãos da Administração Pública e ao Poder Judiciário.

Posto isso, uma vez abordados os efeitos genéricos inerentes a cada forma de controle, faz-se mister ressaltar que o controle difuso, ao ser passível de ser exercido por qualquer magistrado ou tribunal, apresenta uma exceção a essa norma quando a decisão emanada provém do Supremo Tribunal Federal (STF). Em estrita observância ao preceito inscrito no artigo 52, X, da Carta Magna, compete privativamente ao Senado Federal suspender a execução, integralmente ou em parte, de lei declarada inconstitucional mediante decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.

Destarte, infere-se desse mencionado dispositivo constitucional uma viabilidade de conferir eficácia *erga omnes* às resoluções proferidas no âmbito do controle difuso quando emanadas pelo STF. O procedimento, em sua essência, reveste-se de simplicidade, vejamos: ao proferir um veredito de inconstitucionalidade por meio da via difusa, incumbe ao Supremo Tribunal Federal a tarefa imperativa de notificar o Senado Federal acerca da decisão aludida. Posteriormente, caberá ao Senado, na hipótese de aquiescência, expedir uma resolução com o objetivo de suspender a vigência da norma em questão para a totalidade dos sujeitos, transmutando, assim, o alcance da decisão do status de *inter partes* para *erga omnes*.

Logo, diante de tamanha gama de alternativas, emerge, de maneira oportuna e pertinente, a necessidade de se proceder a uma análise criteriosa acerca da legitimidade constitucional inerente à extensão do efeito *erga omnes* às deliberações de inconstitucionalidade emanadas pelo Supremo Tribunal Federal no contexto do controle difuso/incidental, efetuadas de ofício, sem a imprescindível intervenção do Senado Federal, tal como preconiza a Carta Magna em seu artigo 52, inciso X, configurando o que a doutrina particularmente tem denominado de abstrativização ou concentração do controle difuso. Tal exame desta questão mostra-se relevante, uma vez que ela reside no cerne de discussões significativas no seio do próprio Supremo Tribunal Federal, o qual vem adotando este mecanismo desde a Reclamação Constitucional (RCL) nº 4335/AC, sob a relatoria do eminente Ministro Gilmar Mendes.

Nesse prisma, a compreensão tradicional (e constitucional), que anteriormente sustentava que tais decisões desse modelo produziam efeitos circunscritos apenas às partes litigantes, encontrar-se-ia superada. A prerrogativa de conferir aplicabilidade geral às deliberações do Supremo Tribunal Federal no âmbito do controle difuso não estaria mais sujeita a uma deliberação do Senado Federal. Pelo contrário, ela se erigiria como uma decorrência intrínseca da própria decisão da Corte, assemelhando-se ao que é observado no cenário do controle concentrado de normas.

Para a efetivação dessa supressão do preceito estipulado no Artigo 52, X, da Constituição Federal de 1988, a corrente majoritária do Supremo Tribunal Federal, juntamente com uma parcela significativa da doutrina jurídica, tem aderido à teoria da mutação constitucional como instrumento para validação da concentração do controle difuso. Essa teoria se fundamenta na premissa de modificar o entendimento de uma norma sem a necessidade de uma alteração explícita em seu texto. Em outras palavras, a interpretação conferida a um determinado artigo se adapta às evoluções e transformações temporais, sem que ocorra uma alteração direta no seu conteúdo; o texto em si permanece inalterado, todavia, o significado e a aplicação que lhe são atribuídos sofrem uma renovação.

Nessa senda, o presente projeto acadêmico tem por objeto de escrutínio a minuciosa análise da denominada "concentração" do controle difuso de constitucionalidade, sob a perspectiva da legalidade concernente à dispensa, pela Suprema Corte, da exigência de aprovação do Senado Federal das decisões de inconstitucionalidade promulgadas no âmbito do controle difuso/incidental, para que seja conferida eficácia *erga omnes* por meio da mutação constitucional.

A pesquisa visa identificar, analisar e avaliar a adequação com o Ordenamento Jurídico do entendimento firmado pela Corte, bem como as implicações práticas de tal decisão. Além disso, verificar, qual o método constitucionalmente válido e eficaz poderia ser utilizado para equiparação dos efeitos em ambos os controles, desde que não resulte na simples inobservância da norma posta. Para tal empreitada, inicialmente, será dissecado o modelo híbrido brasileiro de controle de constitucionalidade, delineando seu advento e as repercussões que se propagaram ao longo das Constituições da República, empreendendo um exame histórico nas teorias que forneceram os alicerces para a adoção tanto do modelo difuso quanto do concentrado.

Ulteriormente, proceder-se-á à análise da reconfiguração do papel desempenhado pelo Supremo Tribunal Federal nesse espectro, elucidando como se configura o modelo vigente e os argumentos que foram empregados para sua efetivação, bem como serão expostas as críticas

direcionadas ao modelo em voga e a problemática concernente à equiparação dos efeitos via mutação constitucional. Por derradeiro, uma vez que os argumentos sejam devidamente abordados e a incongruência do modelo hodierno seja reconhecida, incursionaremos sobre qual seria o método mais apropriado para uma abstrativização constitucional do controle difuso, avaliando os institutos da Súmula Vinculante e da Emenda à Constituição.

Observe-se que a pesquisa se utilizará das técnicas bibliográfica e documental, orientando-se, em regra, segundo o método indutivo, ao tempo que será empreendida uma análise bibliográfica meticulosa, abarcando uma gama diversificada de livros, artigos científicos, revistas especializadas, periódicos acadêmicos, assim como da legislação pertinente, com o propósito específico de delinear e esclarecer quais são os efeitos, sejam eles vinculantes ou não, que emanam das decisões prolatadas pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito do controle de constitucionalidade, especificamente na modalidade repressiva difusa. O método dialético é observado, de maneira complementar, à medida que visões díspares são consideradas durante a pesquisa realizada para compreender os motivos que levaram o Supremo Tribunal Federal a alterar o entendimento há muito já firmado na Constituição Federal.

Adicionalmente, será efetuada uma análise qualitativa concernente à aplicação do artigo 52, inciso X, da Constituição Federal, bem como da adoção da teoria da mutação constitucional para a equiparação dos efeitos entre as modalidades de controle na esfera repressiva, fatores estes que culminaram no fenômeno da concentração do controle difuso. Esta análise buscará decifrar as razões subjacentes e as alterações sociais e temporais que fomentaram a redefinição do papel do Supremo Tribunal Federal no âmbito do controle de constitucionalidade incidental, visando compreender em profundidade as dinâmicas e as transformações implícitas a este processo.

2 CARACTERIZAÇÃO DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO BRASIL ATUAL

No presente capítulo, imergiremos nas águas do controle de constitucionalidade no Brasil, erigindo uma minuciosa exposição acerca dos paradigmas estrangeiros que arquitetaram as bases inspiracionais tanto para a consolidação do controle repressivo por meio da via difusa, quanto para a via concentrada. Nesse trajeto, delinearemos meticulosamente o panorama histórico de cada modelo, desvelando o instante preciso de sua imersão no ordenamento jurídico brasileiro. Finalmente, após a devida conceituação dessas duas abordagens, empreenderemos uma análise elucidativa acerca da consolidação e das reverberações do modelo híbrido adotado no Brasil, engendrando uma harmonização entre os elementos provenientes do sistema concentrado, de matriz europeia, e do sistema americano, ilustre pela consagrada prática da “judicial review”.

2.1 O CONTROLE DIFUSO DE INSPIRAÇÃO AMERICANA

A vertente concernente ao controle repressivo de constitucionalidade das normas, intitulada como controle difuso/incidental ou por via de ação, foi juridicamente delimitada e evidenciada no notório julgamento *Marbury x Madison*, proferido em 1803 pelo *Chief Justice* John Marshall, um *leading case* que figura como paradigma preeminente para a apreensão do controle difuso.

Nos pleitos finais do ano de 1800 nos Estados Unidos, o Presidente John Adams e os federalistas encontraram-se derrotados pelos republicanos, resultando na eleição de Thomas Jefferson para o cargo presidencial. Com o intuito de preservar a influência política federalista, Adams e o Congresso, ainda sob domínio federalista, orientaram suas ações para o âmbito do Poder Judiciário. Em 13 de fevereiro de 1801, promulgaram o *Circuit Court Act*, que, entre outras disposições, objetivava a redução do contingente de Ministros da Suprema Corte, visando obstaculizar possíveis nomeações por parte de Jefferson, ao mesmo tempo em que instituía dezesseis novos postos de juiz federal, todos preenchidos por adeptos federalistas.

Posteriormente, em 27 de fevereiro de 1801, a legislação denominada *Organic Act of the District of Columbia* conferiu a Adams a prerrogativa de nomear 42 juízes de paz, cujas nomeações foram ratificadas pelo Senado em 3 de março. Adams assinou tais nomeações no derradeiro dia de seu governo, incumbindo John Marshall, seu Secretário de Estado e recém-

designado Presidente da Suprema Corte, da entrega das comissões. Todavia, Marshall não logrou êxito em concluir a entrega de todas as comissões antes do término do governo Adams.

Ao assumir o cargo, Thomas Jefferson, por intermédio de seu Secretário de Estado, James Madison, recusou-se a entregar as comissões remanescentes. William Marbury, um dos juízes nomeados que não havia sido empossado, interpôs uma ação (*writ of mandamus*) em dezembro de 1801, pleiteando o reconhecimento de seu direito ao cargo com fundamento no *Judiciary Act* de 1789.

Após a revogação pelo Congresso, agora com maioria republicana, os cargos criados pela lei foram extintos e seus ocupantes destituídos. Para evitar questionamentos judiciais, o Congresso cancelou a sessão da Suprema Corte de 1802, deixando-a sem atividades de dezembro de 1801 a fevereiro de 1803. Este período foi marcado por tensões adicionais, incluindo a recusa de Thomas Jefferson em acatar decisões da Corte relacionadas à entrega de comissões e o início de um processo de impeachment contra um juiz federalista pela Câmara, ameaçando se estender aos Ministros da Suprema Corte. Neste clima de hostilidade política e tensão, a Suprema Corte se reuniu em 1803 para julgar o caso Marbury x Madison, que viria a ser reconhecido como um dos mais importantes casos constitucionais da história (BARROSO, 2022).

O caso Marbury x Madison marcou a primeira ocasião em que a Suprema Corte dos Estados Unidos se autoatribuiu a capacidade de realizar o controle de constitucionalidade, recusando-se a aplicar leis que julgava incompatíveis com a Constituição. É importante notar que a própria Constituição não outorgava explicitamente tal poder de supervisão constitucional à Suprema Corte ou a qualquer outro órgão judicial (BARROSO, 2022). Durante o julgamento, a Corte esforçou-se para fundamentar que tal prerrogativa emergia de maneira lógica do próprio arcabouço do sistema legal. A linha de raciocínio adotada por Marshall, enfatizando a primazia da Constituição, a necessidade da revisão judicial (*judicial review*) e a competência do poder Judiciário neste âmbito, foram consideradas excepcionalmente bem-articuladas.

Com a decisão magistral de Marshall, que se apresenta como jurídica e logicamente incontestável, foi endossada a concepção de que as Constituições, especialmente em sistemas de Constituições rígidas, ostentam a condição de normas jurídicas fundamentais e supremas em relação a quaisquer outras. Dessa maneira, é estabelecido que, em situações de conflito entre uma Constituição e uma lei, o juiz está compelido a favorecer a aplicação da Constituição e a rejeitar a aplicação da lei, considerada nesta circunstância como destituída de validade. Portanto,

a famosa decisão foi responsável pelo advento do controle judicial da constitucionalidade das leis (CUNHA JUNIOR, 2008).

Neste contexto, observa-se que o ordenamento jurídico brasileiro adotou o controle de constitucionalidade repressivo pela via difusa a partir da promulgação da Constituição Federal de 1891, configurando-se como a forma inaugural de fiscalização da constitucionalidade de leis e atos normativos em solo nacional. No entanto, em contraste com o sistema híbrido brasileiro que será discutido posteriormente, o sistema judiciário norte-americano referente ao controle de constitucionalidade de leis e atos do poder público limitava-se a um controle exclusivamente incidental, exercido em resposta a uma controvérsia real e concreta.

Assim, enquanto a revisão judicial no sistema norte-americano consolidou-se com a capacidade de qualquer juiz ou tribunal declarar a inconstitucionalidade de leis e atos do poder público em desacordo com a Constituição, essa prerrogativa estava restrita aos casos específicos submetidos a julgamento. Além disso, sua aplicação era condicional, apenas quando absolutamente necessária para a resolução da disputa, ostentando, nesse aspecto, um caráter prejudicial (CUNHA JUNIOR, 2008).

Dessa maneira, no sistema americano ou difuso-incidental, a responsabilidade pelo controle de constitucionalidade é confiada a todos os órgãos do Poder Judiciário. Em face disso, cada juiz ou tribunal, seja em instância originária ou por meio de recurso, possui a prerrogativa de deixar de aplicar, em um caso concreto submetido à sua apreciação, uma determinada lei ou ato do poder público que julgue contaminado pelo vício da inconstitucionalidade. Logo, cabe ao Poder Judiciário não declarar, em tese, a inconstitucionalidade de qualquer ato do poder público, mas sim reconhecer tal inconstitucionalidade apenas diante de uma situação concreta, suspendendo seus efeitos no âmbito da controvérsia solucionada, sendo esta uma das distinções mais evidentes quando comparada ao controle repressivo pela via concentrada.

É imperativo, então, discernir que a essência distintiva deste modelo reside na impossibilidade de submeter questões relativas à constitucionalidade de leis e atos do poder público ao escrutínio dos órgãos judiciais de maneira direta ou por via principal. Tais indagações constitucionais emergem unicamente de forma incidental, isto é, durante e em virtude de um litígio ou procedimento jurídico específico, independentemente de sua índole ou procedimento processual. Esta abordagem assegura que a avaliação da conformidade constitucional é intrinsecamente atrelada ao contexto e à substância da demanda judicial em questão. De modo conclusivo, pertinente trazer à baila a conceituação do Professor Dirley da Cunha Júnior quanto a definição do controle difuso:

[..] define-se como um controle judicial de constitucionalidade das leis e atos do poder público que qualquer juiz e tribunal, ante um caso concreto, pode desempenhar. É um controle *judicial*, pois somente órgãos do Poder Judiciário podem realizá-lo. É um controle difuso no sentido de que todos os órgãos do Poder Judiciário podem exercê-lo, pouco importando sua natureza e grau de jurisdição. E, finalmente, é um controle *incidental* ou *indireto* (provocado por via de exceção ou de defesa), no sentido de que somente no curso de uma demanda concreta, pressupondo controvérsia, pode ser efetivado como condição para a solução da *vexata quaestio*. (JÚNIOR, 2008, p. 410)

Relativamente aos efeitos jurídicos, convém enfatizar que, no contexto do sistema jurídico Americano, uma lei adjudicada inconstitucional é considerada absolutamente nula. Incumbe ao magistrado meramente a tarefa de reconhecimento desta nulidade, razão pela qual os efeitos da referida lei são retroativos (*ex tunc*), isto é, juridicamente, a norma inconstitucional jamais exerceu efeitos legítimos em decorrência de sua inconstitucionalidade intrínseca.

Ademais, importa sublinhar que, embora as decisões no sistema americano resolvam especificamente o litígio presente no âmbito de uma relação jurídico-processual entre partes determinadas, estas acabam por repercutir sobre a coletividade. Isso ocorre em virtude do princípio do *stare decisis*, que estipula que as deliberações emanadas pela corte de maior hierarquia numa jurisdição adquirem um caráter vinculante para todas as cortes subalternas da mesma jurisdição (OLIVEIRA, 2012). Este princípio é caracteristicamente prevalente nos ordenamentos jurídicos dos países que adotaram o sistema da *common law*, que não é o caso do ordenamento jurídico brasileiro, ao tempo que este adotou o sistema da *civil law*, tal qual a doutrina germânica e italiana.

Portanto, no contexto jurídico brasileiro, caracterizado pela ausência do princípio do *Stare Decisis*, mesmo quando o Supremo Tribunal Federal declara a inconstitucionalidade por via de ação, os efeitos resultantes, via de regra, ostentam natureza *inter partes*. Em outras palavras, a declaração de inconstitucionalidade apenas se aplica às partes envolvidas naquela controvérsia específica, preservando a vigência da norma em pleno vigor no ordenamento jurídico. Esta circunstância suscita algumas problemáticas, uma vez que, desprovida de caráter vinculante, a decisão da mais alta corte brasileira poderia conduzir a uma indesejável consequência: a possibilidade de uma mesma lei não ser aplicada por alguns magistrados, por ser considerada inconstitucional, enquanto outros a aplicariam, considerando-a constitucional. Tal cenário geraria uma séria situação de conflitos entre os órgãos judiciários e de incerteza no âmbito do direito.

Ademais, emerge outra complexidade inerente aos países que não adotam o princípio do *stare decisis* no âmbito do sistema difuso de controle de constitucionalidade. Esta complexidade reside na potencial proliferação de litígios, decorrente da realidade em que, apesar de reiteradas

declarações de inconstitucionalidade de uma determinada lei, a cada instância se faz necessário que uma parte interessada na confirmação desse entendimento inicie um processo judicial distinto, submetendo a mesma legislação a uma avaliação reiterada pelos tribunais (CUNHA JUNIOR, 2008). Tal circunstância favorece uma redundância processual, na medida em que cada novo litígio requer uma reavaliação da inconstitucionalidade da norma em questão, perpetuando assim uma cadeia de demandas judiciais sobre o mesmo ponto legal.

Para atenuar esta questão em nosso arcabouço jurídico, remonta-se à Constituição de 1934 a origem de um dispositivo que, atualmente insculpido no Artigo 52, inciso X, da Constituição Federal de 1988, instaura um mecanismo singular. Este dispositivo atribui ao Senado Federal a prerrogativa exclusiva de conferir abrangência erga omnes às deliberações do Supremo Tribunal Federal (STF) proferidas sob a égide do controle difuso de constitucionalidade. Conseqüentemente, toda vez que o STF, ao exercer o controle difuso, pronunciar a inconstitucionalidade de uma norma, é imperativo que comunique, de maneira oficial, ao Senado. Este, por sua vez, detém a faculdade de promulgar uma resolução que outorga eficácia geral e vinculante ao veredito de inconstitucionalidade, caso assim o considere pertinente. É imperioso ressaltar que, devido à não adoção do princípio do *stare decisis*, tal mecanismo implica uma dependência do STF em relação ao poder legislativo para esquivar-se da necessidade de apreciar repetidamente a inconstitucionalidade de uma norma que não tenha sido objeto de declaração mediante o controle concentrado.

Em resumo, no contexto brasileiro, em contraposição ao paradigma original importado dos Estados Unidos, a prática do controle de constitucionalidade pela via difusa ostenta uma característica singular. Nesse cenário, qualquer juiz ou tribunal possui a capacidade de proclamar a inconstitucionalidade de uma norma apenas no âmbito da controvérsia específica, resultando em efeitos estritamente *inter partes*. Esta particularidade mantém a vigência do dispositivo normativo para aqueles não envolvidos no litígio em questão.

Entretanto, quando a mais alta instância judiciária do país, o Supremo Tribunal Federal (STF), profere uma declaração de inconstitucionalidade, emerge a possibilidade de estender os efeitos além do caso singular, mediante a intervenção do Senado Federal. Esta dinâmica impede a necessidade de o tribunal deliberar repetidamente sobre a mesma disposição legal, ao passo que, reconhecido o caráter vinculante conforme preconizado pela Constituição Federal. Cabe ainda salientar que este não será sempre o procedimento adotado para extensão dos efeitos no controle de constitucionalidade, ao tempo que o STF detém a prerrogativa exclusiva e

independente de conferir eficácia geral e vinculante às decisões no âmbito do controle concentrado de constitucionalidade, como será delineado adiante.

2.2 O CONTROLE CONCENTRADO DE INSPIRAÇÃO AUSTRIACA

Durante o transcurso do século XX, o modelo de supervisão constitucional adotado pelos Estados Unidos, que havia se difundido globalmente, começou a ceder terreno a uma nova modalidade de sistema emergente na Europa. Este novo sistema teve suas raízes no continente europeu, notadamente na Áustria, por meio da Constituição Austríaca de 1920, aperfeiçoado a partir da reforma constitucional de 1929. Este modelo foi fortemente influenciado pelas contribuições teóricas do eminente jurista e filósofo Hans Kelsen, que elaborou a minuta constitucional a partir de solicitação do Governo Austríaco.

O mencionado sistema, atualmente designado como o modelo concentrado de controle de constitucionalidade, ou simplesmente o modelo austríaco/europeu, tornou-se proeminente principalmente entre as nações adeptas do sistema da *civil law*. Estas, por definição, não incorporavam em sua estrutura jurídica o princípio do *stare decisis*. Assim, a concepção do modelo concentrado, onde a responsabilidade pela jurisdição constitucional é atribuída de forma exclusiva a um órgão jurisdicional especial, conhecido como Tribunal Constitucional, posicionado no ápice do Poder Judiciário ou, em alguns casos, exterior à estrutura desse Poder, foi amplamente aceita (COSTA; JUNIOR, MARQUES, 2020).

Tal aceitação ganhou robustez ao contornar todas as problemáticas previamente discutidas em relação à necessidade de conferir eficácia vinculante às decisões da corte superior quando ausente o instituto do *stare decisis*. De maneira pertinente, nas nações em que a tradição jurídica não acolhia o mencionado princípio, era imperativo submeter-se a um sistema de controle munido de instrumentos jurídicos capazes de mitigar tais inconvenientes. Nessas circunstâncias, vislumbrou-se a concepção de um Tribunal ao qual se pudesse confiar a incumbência de dirimir as controvérsias relacionadas à constitucionalidade das leis com eficácia *erga omnes* (CUNHA JUNIOR, 2008). Tal medida foi delineada de modo a obstruir as indesejáveis ramificações mencionadas anteriormente, as quais se referem à potencial discordância entre os órgãos judiciários e à incerteza jurídica.

Esta abordagem, portanto, culminou na criação do modelo de controle concentrado da constitucionalidade das leis, atribuindo-se a jurisdição constitucional exclusivamente a uma única entidade judiciária, excluindo-se assim as demais. Desta forma, estes outros órgãos ficam

impedidos de avaliar a validade constitucional de qualquer lei, mesmo nos casos que lhes são apresentados para julgamento (VAINER, 2010).

Em essência, a concepção de centralizar o controle de constitucionalidade em um único órgão surgiu primordialmente da necessidade de padronizar e universalizar as decisões significativas provenientes dessa atividade de supervisão constitucional.

Um aspecto adicional que motivou a adesão de diversos países europeus ao sistema proposto por Kelsen foi a percepção do poder judiciário como uma instituição de prestígio limitado em muitas nações do continente europeu. Assim, a ideia de delegar a tarefa de controle de constitucionalidade a um órgão exclusivo do poder judiciário não era amplamente recebida de maneira favorável (COSTA; JUNIOR, MARQUES, 2020).

Consequentemente, como já mencionado, o referido tribunal constitucional poderia, como frequentemente ocorreu, representar a instância suprema do poder judiciário. No entanto, em muitos países, esse tribunal se estabelecia à parte de qualquer um dos poderes estatais, mantendo-se imune às influências do executivo, legislativo e até mesmo do judiciário. Portanto, especializava-se em julgar questões estritamente constitucionais, garantindo que suas decisões tivessem efeito *erga omnes*, impactando todos os indivíduos de forma indistinta e sem sofrer interferências externas. Assim, a lei que fosse declarada inconstitucional por esse tribunal era efetivamente expurgada do ordenamento jurídico (COSTA; JUNIOR, MARQUES, 2020).

Com a expansão do modelo austríaco por todo o continente europeu a partir da década de 30, não tardou para que a influência de Kelsen permeasse o solo nacional. Apesar de o Brasil já adotar o modelo difuso desde 1891, este deparava-se com obstáculos e limitações decorrentes da ausência de vinculação das decisões, inclusive aquelas proferidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF), de forma a gerar a necessidade de recorrer ao Senado Federal para conferir eficácia *erga omnes* às decisões.

Portanto, com a promulgação da Constituição Federal de 1934, o ordenamento jurídico brasileiro, que anteriormente estava alinhado ao modelo americano, passou a incorporar também o sistema de controle concentrado de normas. Nesse ínterim, o referido documento constitucional, em seu Artigo 12, estabelecia que a decretação de intervenção federal estaria condicionada à análise pelo Supremo Tribunal Federal da constitucionalidade da lei que fundamenta a intervenção, especialmente quando esta se fundamenta no desrespeito a determinados princípios constitucionais, designados pela doutrina como princípios constitucionais sensíveis (VAINER, 2010).

Deste modo, pela primeira vez na história jurídica do Brasil, o Supremo Tribunal Federal era investido da competência para examinar a constitucionalidade de leis de maneira abstrata, sem a necessidade de que tal questionamento surgisse como preliminar em uma ação judicial comum. Esta prática marcou a introdução do controle concentrado de constitucionalidade no país. Em outras palavras, o Supremo estava agora apto a proceder com uma análise focada exclusivamente na constitucionalidade da legislação que fundamentava a intervenção federal.

Esta abordagem configurava-se, portanto, como um controle concentrado e abstrato, na medida em que a competência residia unicamente em um órgão e o foco da análise recaía sobre a natureza teórica da lei. Tal sistema divergia do método difuso praticado desde a promulgação da Carta Política de 1891, onde a avaliação da conformidade constitucional de um dispositivo legal não constituía o cerne do processo e dependia de um procedimento, frequentemente prolongado, para que o caso, através de recursos, alcançasse o Supremo Tribunal Federal (VAINER, 2010). Ao designar, na Constituição Federal, um tribunal específico para tratar exclusivamente de matérias constitucionais, observa-se o advento do controle de constitucionalidade concentrado em uma única entidade, integrante do Poder Judiciário.

Contudo, após a promulgação da Constituição Federal de 1934, o controle concentrado, ainda incipiente e restrito à esfera das leis que decretavam intervenções federais, sofreu um retrocesso significativo com a Carta Magna de 1937, durante o período conhecido como Estado Novo, quando o Brasil foi governado de forma ditatorial por Getúlio Vargas de 1937 a 1945. Na constituição outorgada de 1937, o Poder Judiciário experimentou um golpe severo, pois as decisões no âmbito do controle de constitucionalidade proferidas pelo Supremo Tribunal Federal poderiam ser anuladas pelo Presidente da República e pelo Legislativo. Essa alteração representava um ataque direto à separação dos Poderes e implicava um considerável retrocesso para o controle de constitucionalidade, especialmente ao controle pela via concentrada que ainda se demonstrava pouco usual em razão de sua especificidade.

Somente em 1946, com a dissolução do Estado Novo, testemunhou-se o desabrochar efetivo do controle abstrato de constitucionalidade no Brasil. Neste momento histórico, reestabeleceu-se a prerrogativa do Supremo Tribunal Federal de ter a exclusividade na apreciação de questões constitucionais e proferir decisões sobre a constitucionalidade, ou sua falta, em atos normativos contestados (VAINER, 2010). No entanto, até aquele instante, a modalidade concentrada de análise constitucional era aplicada exclusivamente no contexto de intervenção federal, com o objetivo de salvaguardar os preceitos constitucionais, igualmente

conhecidos como princípios constitucionais sensíveis. A violação desses princípios fundamentais facultava, assim, a intervenção do poder central na autonomia dos Estados.

Contudo, apenas em 1965, no contexto da ainda vigente Constituição Federal de 1946, promulgou-se a Emenda Constitucional nº 16, datada de 26 de novembro de 1965, a qual representou um notável avanço na ampliação do escopo do controle de constitucionalidade concentrado no território nacional. A inovação trazida pela Emenda Constitucional nº 16 residia na instauração de dois novos paradigmas de controle de constitucionalidade. Estes se manifestam através da representação de inconstitucionalidade de lei federal em tese, uma iniciativa exclusiva do Procurador-Geral da República, e da prejudicial de inconstitucionalidade em processos já em andamento perante outras instâncias judiciais. A titularidade desta última repousava tanto sobre o Procurador-Geral da República quanto sobre o próprio Supremo Tribunal Federal (VAINER, 2010).

Em termos mais claros, a Emenda Constitucional nº 16 viabilizou que o Procurador-Geral da República propusesse uma ação perante o Supremo Tribunal Federal, questionando a inconstitucionalidade de uma lei em tese, sem necessariamente envolver uma situação de intervenção federal. Esta medida conferiu vulnerabilidade às leis federais, sujeitando-as à declaração de inconstitucionalidade e, dessa forma, consolidou o controle abstrato de constitucionalidade no contexto jurídico brasileiro (VELOSO, 1999).

Posteriormente, com o advento do regime militar em 1964, apesar dos significativos regressos experimentados nesse período, as disposições consagradas pela Emenda Constitucional nº 16/1965 permaneceram inalteradas na Constituição Federal de 1967, mantendo, assim, a modalidade concentrada de controle de constitucionalidade no Brasil.

Todavia, em virtude da marcante influência do poder executivo, característica da época, emergiam questionamentos consideráveis acerca da legitimidade exclusiva conferida ao Procurador-Geral da República (PGR) para instaurar uma representação de inconstitucionalidade de lei federal. À medida que, durante o regime militar, o PGR era diretamente nomeado pelo Presidente da República, e, conforme as elucidações do Professor Manoel Gonçalves Ferreira Filho (2000, p. 8), este procurador-geral, indicado pelo chefe do Executivo e suscetível a exoneração a qualquer momento por sua livre vontade, jamais agiria em discordância com os interesses do líder governamental.

De fato, a problemática envolvendo o monopólio exercido pelo Procurador-Geral da República no âmbito do controle abstrato de constitucionalidade prevaleceu ao longo de toda a era ditatorial, gerando um descontentamento profundo que se converteu no alicerce da

substancial transformação verificada com a instauração da Constituição Federal de 1988 (VAINER, 2010).

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, comumente aclamada como a "Constituição Cidadã", no tocante ao controle de constitucionalidade, a controvérsia suscitada pela Emenda Constitucional nº 16, datada de 26 de novembro de 1965, concernente ao monopólio exclusivo da ação direta de inconstitucionalidade pelo Procurador-Geral da República, assim como os problemas decorrentes desse monopólio, evidenciaram a necessidade premente de revisão dos sujeitos legitimados para instaurar essa ação. Isso visava não apenas evitar que a legitimidade para o controle abstrato permanecesse restrita, mas, primordialmente, prevenir que tal restrição se tornasse instrumento de arbitrariedades, como ocorrido em um passado recente (FERREIRA FILHO, 2000).

Assim, em resposta à preocupação com a titularidade exclusiva do Procurador-Geral da República para a propositura da ação direta de inconstitucionalidade, conforme estabelecido na Emenda Constitucional nº 1 de 1969, a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 103 cuidou de enumerar os sujeitos legitimados para o ajuizamento dessa ação. A ampliação do rol de legitimados foi recebida com louvor, visto que tal expansão se alinhava ao caráter democrático, proporcionando um acesso mais aberto ao controle concentrado (ARAÚJO, 2008).

Para além da necessária expansão do rol de legitimados destinados a instaurar ações no âmbito do controle concentrado, a Constituição de 1988, de forma inovadora, incorporou ao ordenamento jurídico pátrio a ação direta de inconstitucionalidade por omissão (ADO) e a arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF). Tal inclusão efetivamente alargou consideravelmente a gama de atos, sejam normativos ou não, passíveis de submissão ao escrutínio concentrado de constitucionalidade.

Outrossim, mais do que a mera modificação do sistema de controle concentrado, em períodos subsequentes, emendas constitucionais proeminentes conferiram substanciais alterações a esse domínio. A Emenda Constitucional nº 03/93, por exemplo, introduziu a ação declaratória de constitucionalidade (ADC), enquanto a Emenda Constitucional nº 45/04 promoveu ajustes significativos no rol de sujeitos legitimados para ações de controle concentrado para além da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), além de modificar os efeitos das decisões proferidas nesse contexto.

Em uma análise mais elaborada e detalhada do cenário jurídico brasileiro contemporâneo, constata-se que o controle de constitucionalidade, operado por meio da via concentrada ou abstrata, manifesta-se através de quatro principais instrumentos constitucionais,

cada um imbuído de significativa importância e peculiaridade. Esses instrumentos são: a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO), a Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) e a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF).

Todos esses mecanismos estão sob a jurisdição exclusiva do Supremo Tribunal Federal (STF), refletindo a centralidade e a alta responsabilidade deste tribunal na guarda da Constituição. Ademais, o conjunto de entidades autorizadas a acionar tais mecanismos está meticulosamente enumerado no Artigo 103 da vigente Constituição Federal, delineando um sistema jurídico coeso e estruturado para a salvaguarda da supremacia constitucional no Brasil.

No que concerne aos efeitos emanados das decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no âmbito das ações constitucionais de controle concentrado, observa-se uma tríade de características impactantes. Primeiramente, destaca-se a eficácia *erga omnes* dessas decisões, que se estendem a todos os indivíduos e entidades, permeando o tecido social em sua totalidade. Em segundo lugar, surge o efeito vinculante, impondo a todos os segmentos do Poder Judiciário e à Administração Pública a obrigação de observância e conformidade com o que foi estabelecido pelo STF, consolidando a uniformidade na aplicação do Direito. Por fim, evidencia-se o efeito *ex tunc*, princípio pelo qual a norma considerada inconstitucional é reconhecida como nula desde a sua origem, tornando inaplicáveis os seus efeitos no decurso do tempo.

Entretanto, é digno de nota que, em relação a este último efeito, o ordenamento jurídico brasileiro contempla uma flexibilidade notável. Tal flexibilidade é caracterizada pela possibilidade de modulação dos efeitos da decisão, permitindo, assim, que os efeitos sejam configurados como *ex nunc*, ou seja, aplicáveis somente a partir da decisão ou de outro marco temporal estabelecido. Esta prerrogativa de modulação encontra seu fundamento legal no Art. 27 da Lei nº 9.868/99, o qual autoriza o STF, mediante deliberação de dois terços de seus membros, a delimitar os efeitos da declaração de inconstitucionalidade para além do trânsito em julgado, abrangendo a possibilidade de fixar um termo anterior ou mesmo projetar um horizonte futuro para a incidência desses efeitos.

2.3 PECULIARIDADES DO SISTEMA HÍBRIDO BRASILEIRO

À luz do exame detalhado já empreendido no curso deste capítulo, cumpre assinalar que a estrutura do ordenamento jurídico brasileiro se articula numa simbiose equilibrada, fundindo

os preceitos oriundos do paradigma europeu de sistema concentrado, inspirado nos escritos de Hans Kelsen, com os do modelo norte-americano, notoriamente caracterizado pela venerada prática do *judicial review*.

Nessa perspectiva, é crucial salientar que a peculiaridade mencionada não se restringe ao âmbito do ordenamento jurídico brasileiro, revelando-se, ao longo do século XX, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, como uma tendência global. Em diversos países, emergiram sistemas de controle constitucional híbridos, os quais buscam promover uma síntese entre elementos do modelo difuso e do modelo concentrado. Os atuais mecanismos de controle híbrido de constitucionalidade adotados no Brasil e em Portugal representam exemplos paradigmáticos que transcendem a dicotomia estabelecida entre o modelo norte-americano e o modelo europeu-kelseniano. Estes sistemas, percebidos como evoluídos, almejam harmonizar as características funcionais inerentes a ambos os modelos de controle, efetivando, assim, uma abordagem mais integrada e sofisticada. Contudo, ao amalgamar esses dois sistemas, também se deparam com as complexidades nas circunstâncias em que a harmonização dos dois modelos se revela insidiosa (MEDEIROS, 2012).

Em terras brasileiras, o controle de constitucionalidade das normas em sua vertente repressiva - isto é, posta em ação após a inserção da norma no ordenamento jurídico - pode ser efetuada mediante duas modalidades distintas: a via Difusa ou Incidental e a via Concentrada ou Abstrata. A escolha entre essas modalidades é influenciada por uma série de fatores, incluindo a entidade legitimada a instaurar a demanda, o juiz ou tribunal competente para julgá-la, bem como a natureza dos efeitos jurídicos que se almeja provocar.

Esta bifurcação metodológica manifesta-se no momento em que, embora ambas as vertentes se insiram no mesmo arcabouço de controle de constitucionalidade, elas se distinguem de maneira notável em seus procedimentos e finalidades. No âmbito do controle difuso, a análise da constitucionalidade emerge de modo incidental, isto é, não constitui o cerne da litigância, mas sim um meio essencial para a salvaguarda do direito almejado, tornando-se imperativa a declaração de inconstitucionalidade da norma para assegurar tal direito. Por outro lado, no controle concentrado, a averiguação da constitucionalidade é o objetivo primordial e exclusivo da ação, seja para estigmatizar uma norma como inconstitucional ou para afirmar sua conformidade constitucional, especialmente em situações em que a mesma norma é frequentemente objeto de questionamento em múltiplas instâncias sob o prisma do controle difuso, como ilustra o caso da Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC).

Outro notável dissenso, quando se debruça sobre ambos os modelos preexistentes, repousa na esfera da competência destinada à prolação do julgamento. Nas demandas do controle difuso, em virtude de sua natureza incidental, a prerrogativa para aferir a lide recai sobre qualquer magistrado ou tribunal, ao tempo que a demanda principal determinará a competência do juízo. Contrariamente, no controle concentrado de normas, a competência para a avaliação é reservada de forma exclusiva ao Supremo Tribunal Federal (STF), conforme preconizado pelo Art. 102, I, *a*, da CF/88, nos casos de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) e Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC), e pelo Art. 102, §1º, da CF/88, nos casos de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF).

Dessa maneira, imperioso ressaltar uma peculiaridade do sistema híbrido no tocante ao STF, haja vista sua capacidade de participação no controle de constitucionalidade repressivo em ambas as modalidades, seja através da via difusa, mediante recursos extraordinários por exemplo, ou pela via concentrada, por meio dos instrumentos supracitados: ADI, ADO, ADC e ADPF.

Neste itinerário jurídico, ainda que recaia sobre o mesmo órgão judiciário a incumbência de emitir vereditos no âmbito do controle de constitucionalidade em ambos os modelos, os efeitos advindos dessa deliberação divergem substancialmente, tal como ocorreria se o tribunal a deliberar no contexto do controle difuso não fosse o Supremo Tribunal Federal. Esta particularidade incita um intenso debate entre os eminentes ministros da respeitável Corte Suprema e um vasto segmento da doutrina jurídica, gerando um campo fértil para a análise e a reflexão acerca das nuances e das implicações dessa distinção no espectro do direito constitucional brasileiro.

Nesse contexto, reiteremos, no seio do sistema híbrido brasileiro, quais efeitos, em linhas gerais, cada modelo de controle acarretará à decisão emanada. Iniciemos pelo controle concentrado, cujos desdobramentos encontram consonância na doutrina. Neste, uma tríade de atributos impactantes se destaca. Em primeiro plano, ressalta-se a eficácia *erga omnes* de tais decisões, abrangendo a totalidade dos indivíduos e entidades, permeando, assim, o tecido social de forma abrangente. Em segundo lugar, emerge o efeito vinculante, impondo a todos os segmentos do Poder Judiciário e à Administração Pública a responsabilidade de acatar e conformar-se ao que foi estabelecido pelo Supremo Tribunal Federal, consolidando, desse modo, a uniformidade na aplicação do Direito. Por derradeiro, salienta-se o efeito *ex tunc*, princípio pelo qual a norma considerada inconstitucional é reconhecida como nula desde sua origem, tornando inaplicáveis os seus efeitos ao longo do tempo.

No escopo do controle difuso, de maneira geral, os efeitos derivados ostentam uma natureza *inter partes*, isto é, a declaração de inconstitucionalidade aplica-se exclusivamente às partes envolvidas naquela controvérsia específica, preservando, assim, a plena vigência da norma no corpo do ordenamento jurídico. Esta circunstância contrasta com o controle concentrado, uma vez que a decisão, mesmo proferida pelo próprio Supremo Tribunal Federal (STF), não detém eficácia vinculante. Em virtude disso, a norma em questão mantém sua validade para todos os demais sujeitos não participantes do processo em que a decisão foi emitida. Logo, não se pode compelir a aplicação da mesma lógica interpretativa por parte de outros magistrados ou tribunais em situações diversas que abordem a mesma temática.

É nesse derradeiro aspecto que repousa a principal complexidade no seio do sistema híbrido de controle de constitucionalidade de normas no Brasil. Eminentemente ministros do Supremo Tribunal Federal e uma considerável parcela da doutrina suscitam indagações acerca de como um tribunal, ao deliberar sobre a inconstitucionalidade de uma norma por meio do controle abstrato, pode conferir-lhe efeitos *erga omnes* e vinculantes, enquanto, ao decidir sobre a mesma norma em uma instância de controle difuso, os efeitos se circunscrevem apenas às partes envolvidas.

Para dirimir essa problemática, o legislador constituinte, desde a promulgação da Constituição de 1934, conferiu ao Senado Federal a prerrogativa exclusiva de suspender a execução, total ou parcial, de lei declarada inconstitucional pelo STF. Não obstante essa possibilidade, o STF, desde o julgamento da Reclamação Constitucional 4335/AC, tem adotado uma postura de equiparação dos efeitos entre os controles, de ofício, sem a participação do Senado conforme determina a Constituição Federal, em um movimento que a doutrina denomina como a "abstrativização" do controle difuso que será abordado no capítulo seguinte.

3 REDEFINIÇÃO DO PAPEL DO SUPREMO – O MODELO ATUAL E CRÍTICAS À ABSTRATIVIZAÇÃO DO CONTROLE DIFUSO

No escopo deste capítulo, empreenderemos uma investigação minuciosa sobre a reconfiguração da funcionalidade do Supremo Tribunal Federal. Esta análise será desenvolvida através da explanação detalhada da controvérsia onde o STF usurpa uma prerrogativa constitucional intrínseca ao Senado Federal, adotando, para este fim, a teoria da mutação constitucional. Ao longo deste tratado, será empreendida uma exploração aprofundada do paradigma contemporâneo, elucidando os fundamentos e razões que nortearam o STF a assumir tal posicionamento. Esta exploração incluirá também um exame das opiniões doutrinárias que se debruçam sobre a temática, discorrendo sobre as bases que sustentam tal supressão de competência constitucional.

Posteriormente, articularemos uma série de críticas pontuais à abstrativização do controle difuso, exercido através da mutação constitucional. Este segmento da análise dedicarse-á a elucidar as consequências e desafios inerentes a essa prática, que lhe conferem um caráter de notável controvérsia. Paralelamente, será realizada uma avaliação meticulosa dos pronunciamentos dissidentes emitidos pelos eminentes ministros do Supremo Tribunal Federal que se distanciaram da perspectiva do relator no momento da deliberação acerca da Reclamação Constitucional nº 4335/AC – um caso paradigmático e ilustrativo no que tange à incorporação da supracitada teoria no espectro jurídico nacional –. Tal escrutínio visa fornecer uma visão mais ampla e aprofundada sobre a questão em pauta.

3.1 APRESENTAÇÃO DA PROBLEMÁTICA - A REDEFINIÇÃO DO PAPEL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Com efeito, tal como anteriormente examinado, a estrutura híbrida que vigora na conjuntura jurídica atual de nossa nação é universalmente reconhecida por sua abrangência. Esta estrutura mescla o controle de natureza abstrata/concentrada e aquele de caráter concreto/difuso, frutos das influências advindas das tradições jurídicas americana e europeia, respectivamente. Este modelo é amplamente aclamado, até mesmo por luminares do direito como o insigne jurista Paulo Bonavides, como uma evolução notável sob os prismas doutrinário e institucional. Tal progresso é atribuído à implementação sinérgica de duas metodologias

distintas, cada qual cumprindo seu papel específico dentro do ordenamento jurídico (BONAVIDES, 1994).

Nessa perspectiva, após abordar e elucidar os efeitos específicos de cada modalidade de controle repressivo, surge uma nova questão de substancial discrepância tanto na doutrina quanto na jurisprudência. A controvérsia concentra-se na discussão sobre a viabilidade de estender a eficácia *erga omnes* e o efeito vinculante às decisões de inconstitucionalidade proferidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF), de ofício, sem a participação do Senado, também no contexto do controle difuso, em contraste com a situação em que essas prerrogativas já se manifestam quando o mesmo órgão decide no âmbito do controle concentrado.

Há bastante tempo, discute-se a possibilidade de estender os efeitos do controle concentrado, notadamente sua natureza vinculante e *erga omnes*, ao controle difuso. Esse fenômeno, amplamente reconhecido pela doutrina como a "abstrativização do controle difuso" ou "concentração do controle difuso", refere-se de maneira evidente à aplicação dos efeitos de um tipo de controle sobre o outro. Um dos casos mais emblemáticos a explorar a atual temática foi o julgamento da Reclamação Constitucional 4335/AC, sob a relatoria do Ministro Gilmar Mendes.

Na ocasião, o ilustre relator suscitou, como matéria de ordem, a viabilidade e conveniência de estender a eficácia *erga omnes* e o caráter vinculante às decisões de inconstitucionalidade proferidas por aquela Suprema Corte quando advindas do modelo difuso de controle normativo. Isso representou uma superação do entendimento há muito consolidado, o qual afirmava que as decisões nesse sistema produziriam efeitos restritos às partes envolvidas na contenda, agindo em total desconsideração ao Artigo 52, inciso X, da Constituição Federal de 1988.

Nesse contexto, face à evidente supressão de um dispositivo constitucional vigente, o qual confere ao Senado Federal a prerrogativa de suspender a execução de lei declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no âmbito do controle difuso, torna-se pertinente, a partir da análise do voto do ministro relator, compreender os fundamentos utilizados para transpor tal disposição legal e discernir qual seria o novo papel do Senado no contexto do controle difuso de constitucionalidade. Seria incumbência do Senado tão somente publicizar a decisão do STF?

Diante dessa indagação, é pertinente notar que a redefinição da perspectiva acerca da competência do Senado não decorreria de uma revisão constitucional, ou seja, não seria originada por uma modificação por meio de emenda constitucional, conforme estabelecido no

procedimento previsto no artigo 60 da Constituição Federal. Essa alteração resultaria de uma interpretação renovada que o Supremo Tribunal Federal conferiria à disposição do artigo 52, X, da CF, ao resolver a questão de ordem suscitada na mencionada Reclamação (LEITE, 2009).

De maneira apropriada, a partir da exposição da problemática que se concentra, mais especificamente, na redefinição do papel do Supremo Tribunal Federal ao assumir funções que são exclusivas do Senado Federal, torna-se imperativo, antes de examinar os meios legais para essa alteração, considerar os motivos que levaram parte da doutrina e a maioria dos ministros do STF a abraçarem a teoria da abstrativização do controle difuso. Isso requer uma análise crítica e comparativa entre aqueles que defendem essa aplicação e os que expressam veemente oposição a ela.

Do lado dos que advogam a teoria e o aumento do papel do STF, um argumento particularmente robusto reside na teoria popular do “quem pode mais, pode menos”. Isso se deve à presença de uma incoerência na atuação do STF em matéria de controle de constitucionalidade, uma vez que o ordenamento jurídico aceita que uma corte tenha o poder de eliminar de forma inapelável e geralmente vinculante uma norma considerada inconstitucional. Nesse contexto, como justificar que a mesma Corte, com a mesma composição, ao avaliar a constitucionalidade da mesma norma na qualidade de última instância do controle difuso, apenas possa afastar sua aplicação no caso concreto? Além disso, como permitir que as instâncias inferiores continuem aplicando a norma declarada inconstitucional pela Corte constitucional no controle difuso, obrigando esta última a se pronunciar repetidamente sobre a constitucionalidade?

No que concerne a este último ponto, é pertinente ressaltar que muitas das motivações que impulsionaram o desejo de modular os efeitos das decisões no controle difuso pelo próprio STF decorrem do elevado número de processos recebidos pela Corte. Além de ser um Tribunal Constitucional, o Supremo exerce competência originária em diversas demandas, muitas das quais volumosas. No primeiro semestre de 2023, por exemplo, o STF recebeu um total de 38.905 processos, conforme fontes do próprio tribunal. Diante dessa imensidão de processos, diversas tentativas foram feitas para buscar a economia processual, a qual visa evitar a repetição inconsequente e inútil de atos procedimentais, levando à redefinição do papel do STF na aplicação do controle difuso, equiparando seus efeitos aos que ocorrem quando decide em ações do controle concentrado.

O imenso volume de processos encontra suas raízes tanto no aumento da demanda pelos serviços oferecidos pelo Poder Judiciário quanto na expressiva inconformidade do Poder

Público em suas diversas instâncias. De acordo com Luiz Manoel Gomes Junior, esse cenário conduziu o recurso extraordinário (RE) — o principal instrumento do controle difuso brasileiro, que em sua essência deveria ser considerado extraordinário — a um estado de banalidade, um mero rito ordinário, relegando o Supremo Tribunal Federal (STF) a um papel meramente terciário ou quaternário de jurisdição (GOMES JUNIOR, 2005).

Quanto a esta perspectiva, Soraya Gasparetto Lunardi e Dimitri Dimoulis postulam que a situação se configura como uma crise severa no desempenho da função judicativa. Paralelamente, enfatizam que a resolução dessa problemática pressupõe a implementação de alterações tanto no âmbito legislativo quanto no constitucional, especificamente no que tange à quantidade de trabalho atribuída ao tribunal (DIMOULIS; LUNARDI, 2008). Nesse diapasão entre o cumprimento de dispositivo legal e a necessidade urgente de zelar pela economia processual, cabe-nos adentrar mais profundamente nas condições que levaram a Constituição Federal, apesar dos problemas e disfuncionalidades, a manter a paralelidade dos mecanismos processuais do controle difuso e do controle concentrado.

Essa inequívoca preferência do constituinte de 1988, ratificada por meio de diversas emendas constitucionais subsequentes, materializa-se como uma escolha deliberada. Tais emendas, ao preservarem o equilíbrio entre os controles difuso e concentrado, elegeram uma abordagem que se absteve de exigir discontinuidades. Ademais, nota-se que o interesse do poder legislativo não aparenta residir na supressão das atribuições do Senado Federal e na redefinição do papel do Supremo Tribunal Federal. Em vários momentos, surgiu a oportunidade de uma modificação legal da Constituição, ao mesmo tempo em que se mantinha um espaço amplo e significativo para o poder legislativo.

Esse contexto traduz-se na ausência de autorização para a remoção definitiva de dispositivos infraconstitucionais no âmbito do controle difuso-incidental sem a anuência do Senado. A permanência de atos normativos considerados inconstitucionais pelos julgadores no ordenamento perdura até sua revogação pela autoridade que os promulgou ou até que ocorra a suspensão pelo Senado, conforme estabelece o art. 52, X, da Constituição Federal de 1988. Diante de tais fatos e dados apresentados, como bem observado por Dimoulis e Lunardi, eram possíveis, ao Supremo Tribunal Federal, a adoção de duas posturas que serão discutidas ao longo dos próximos capítulos.

Na primeira postura, o Tribunal poderia manifestar o reconhecimento de que exerce uma dupla função no âmbito do controle de constitucionalidade, com atribuições e consequências divergentes emanando de suas decisões em cada contexto distinto. Concomitantemente, poderia

explicitar seu descontentamento com a estrutura vigente do controle de constitucionalidade, particularmente em relação à proximidade processual e à ambiguidade do papel desempenhado pelo STF, incentivando o legislador a promulgar reformas visando a simplificação e a potencialização da eficácia do sistema (DIMOULIS; LUNARDI, 2008).

Na segunda, caso não tivesse interesse em solicitar ao legislativo, o STF poderia tomar a frente, e arcar com a responsabilidade, de proferir julgamentos que se oponham a dispositivos constitucionais vigentes, instituindo novos parâmetros de competência e reconfigurando os efeitos decorrentes de suas deliberações. Sob este prisma, a meta seria estabelecer um sistema que erradique a duplicidade de papéis e os entraves decorrentes da lentidão processual. Nesta conjuntura, o STF estaria criando um mecanismo assemelhado aos precedentes jurisprudenciais vinculantes, exemplificando um uso de poder autocríativo “não convencional” com o intuito de modelar o processo constitucional (DIMOULIS; LUNARDI, 2008), e foi esta última a posição adotada pela Corte Suprema desde o desfecho do julgamento da Reclamação Constitucional nº 4335/AC.

3.2 O MODELO ATUAL E SEUS FUNDAMENTOS

É imperativo, antes de adentrar nos argumentos que delinearíamos as vantagens da aplicação da equiparação dos efeitos entre os controles, compreender o raciocínio utilizado como justificativa para transcender a inconstitucionalidade da negligência ao Art. 52, X, da Constituição Federal. A partir desse ponto, percebe-se que tanto a doutrina quanto a jurisprudência frequentemente invocam a chamada mutação constitucional, entendida como uma modificação no sentido atribuído ao texto constitucional, ou seja, uma alteração em seu significado (LEITE, 2009). Expresso de outra maneira, verifica-se uma metamorfose substancial no teor do enunciado, sem que ocorra uma modificação em sua formulação textual. Trata-se, portanto, de uma modificação que reside exclusivamente no âmbito interpretativo.

Este argumento, embora há muito tempo empregado, ganha plena relevância a partir do julgamento da Reclamação Constitucional nº 4335/AC, sob a relatoria do Ministro Gilmar Mendes. Nesse processo, discutia-se a decisão do Juiz de Direito da Vara de Execuções Penais da Comarca de Rio Branco, no Estado do Acre, que indeferiu o pedido de progressão de regime formulado em favor de 10 condenados. A fundamentação para tal decisão baseou-se na alegação de que a declaração de inconstitucionalidade do art. 2º, § 1º, da Lei nº 8.072/1990 (a qual estabelecia que "a pena por crime previsto neste artigo [considerados hediondos] será cumprida

integralmente em regime fechado") ocorreu em sede de controle incidental, no Habeas Corpus nº 82.959/SP, julgado pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal em 23/02/2006, ou seja, com efeitos apenas *inter partes*.

Na ocasião, o Ministro Relator, Gilmar Mendes, deparou-se com a fundamentação do ilustre juiz prolator da sentença na Comarca de Rio Branco. Este argumentou que a decisão proferida pelo STF no Habeas Corpus nº 82.959/SP somente terá eficácia a favor de todos os condenados por crimes hediondos ou a eles equiparados que estejam cumprindo pena quando o Senado Federal expedir a Resolução suspendendo a eficácia do dispositivo declarado inconstitucional, conforme previsto no art. 52, X, da Constituição Federal de 1988.

Na esfera desse tópico, sobressai-se a crítica de elevada acuidade do Ministro Relator Gilmar Mendes, que se erige como uma indagação ao paradigma brasileiro de controle de constitucionalidade. O eminente Ministro, em sede do julgamento da Reclamação Constitucional nº 4335/AC, sustenta que a interpretação puramente literal do artigo 52, X, da Carta Magna de 1988, consubstancia uma refutação à doutrina da nulidade da norma inconstitucional. Tal assertiva advém do contexto em que o sistema de controle brasileiro, embora configurado como misto, refrata explicitamente a ausência de um mecanismo vinculante, à semelhança do paradigmático *stare decisis* nos Estados Unidos (BRASIL, 2014).

Ainda durante o voto, Gilmar Mendes pontua que a abrangência conferida ao controle abstrato de normas e a faculdade de suspensão imediata, de maneira liminar, da eficácia de leis ou atos normativos, com alcance geral, indubitavelmente contribuíram para minar a fundamentação intrínseca desse instituto, outrora embasada diretamente numa concepção de separação de Poderes em uma perspectiva hoje inescapavelmente obsoleta. Conclui ainda que se o Supremo Tribunal pode, por meio de ação direta de inconstitucionalidade, interromper temporariamente a efetividade de uma lei, inclusive de uma Emenda Constitucional, indagando sobre qual seria a razão para a declaração de inconstitucionalidade, proferida no controle incidental, ser restrita exclusivamente às partes envolvidas (BRASIL, 2014).

Nesse sentido, conforme asseverado por Gilmar Mendes, a pronúncia de inconstitucionalidade emanada do Supremo Tribunal Federal, com repercussões circunscritas, não demandaria uma escrutinação por parte do Senado Federal para que seus efeitos fossem alargados a um espectro mais abrangente. O Ministro propugna pela imprescindibilidade de uma releitura desse dispositivo em questão. Ele sublinha que o estabelecimento da Súmula Vinculante atenua a suspensão da execução perpetrada pelo Senado Federal, ilustrando que a estrutura constitucional do Brasil conferiu ao STF a prerrogativa de modificar a eficácia restrita

do controle difuso de constitucionalidade, prescindindo de uma manifestação subsequente do Senado.

Ainda durante o voto, o relator argumenta que o Senado Federal não procede à revogação do ato declarado inconstitucional, sobretudo em virtude da ausência de competência para tal ação. Ao tempo que, em sua visão, trata-se, efetivamente, de um ato de natureza política que confere amplitude *erga omnes* à decisão proferida pelo Supremo Tribunal em uma situação específica. Nesse sentido, não recai sobre o Senado Federal a obrigação imperativa de promulgar o ato de suspensão, e a não realização deste não se configura como uma omissão ou transgressão a qualquer princípio inserido no contexto constitucional. Conclui afirmando que a Alta Casa do Congresso Nacional não possui a prerrogativa de limitar ou expandir o escopo do julgamento realizado pelo Supremo Tribunal Federal (BRASIL, 2014).

Em síntese, a perspectiva delineada por Gilmar Mendes sugere a manifestação do fenômeno da mutação constitucional concernente ao artigo 52, X, da Constituição Federal de 1988. Diante das inúmeras alterações nas esferas factual, jurídica e política, esse dispositivo ter-se-ia submetido a uma reinterpretação, conferindo-lhe singularmente a incumbência de um ato meramente publicitário no Diário do Congresso. Tal desiderato seria destinado a comunicar ao público em geral a declaração de inconstitucionalidade emanada da aludida Corte de Justiça no âmbito do controle difuso.

Desse modo, o Ministro fundamenta que o caso em apreço se trata de uma autêntica mutação constitucional em razão de uma completa reformulação do sistema jurídico, resultado de uma nova compreensão da regra contida no art. 52, X, da CF/88, o que ele, particularmente, denominou como sendo uma reforma constitucional sem expressa modificação no texto. Em seu entendimento, é plausível considerar que a configuração atribuída ao controle abstrato pela nova Carta Magna, com uma ênfase notável no modelo abstrato, tenha desempenhado um papel crucial na transformação observada. Isso ocorre à medida que as decisões dotadas de eficácia *erga omnes* passaram a adquirir um caráter mais generalizado, alterando significativamente o panorama do controle de constitucionalidade.

No limiar da mesma orientação adotada pelo Ministro Relator, encontra-se uma faceta da doutrina que não compartilha da concepção de que o texto normativo do artigo 52, X, da Constituição Federal, tal como redigido, seja ainda apropriada. Esta vertente defende a teoria da mutação constitucional com o desiderato de nivelar os efeitos entre as modalidades de controle de constitucionalidade por meio da abordagem repressiva.

Nesse contingente, destaca-se o eminente professor Dirley da Cunha Junior, que sustenta com vigor a falta de coerência na distinção dos efeitos entre decisões prolatadas pela mesma instância judicial sob o argumento de que no passado seria justificável, contudo, hodiernamente, se revela como intolerável mediante a posição de Guardião da Constituição que se reveste o STF (CUNHA JUNIOR, 2008). Vejamos:

[...] é absolutamente sem sentido, chegando a soar como teratológica, a explicação de que, no controle difuso, o Supremo decide inter partes, enquanto no controle concentrado decide erga omnes. E tudo isso só porque o STF, na primeira hipótese, declara a inconstitucionalidade resolvendo uma questão incidental e, na segunda, declara a mesma inconstitucionalidade solucionando a própria questão principal. Onde está a lógica disso, já que - seja decidindo *incidenter tantum* ou *principaliter tantum* - o órgão prolator da decisão é o mesmo? (CUNHA JUNIOR, 2008, P. 403)

Consoante o autor, ademais, a conjuntura se afigura mais desafiadora em virtude da inexistência, no Brasil, Nação intrinsecamente vinculada ao sistema jurídico da *Civil Law*, do postulado do *stare decisis*, peculiar ao sistema da *Common Law*. Nesse contexto, tanto parte da doutrina quanto as jurisprudências emanadas do Supremo Tribunal Federal (STF) se opõem de maneira acentuada ao dispositivo constitucional contido no Artigo 52, inciso X, da Carta Magna de 1988. Argumentam eles que a expansão do controle concentrado e a imparcial robustez conferida às decisões proferidas nesse âmbito, revestidas de eficácia *erga omnes* e força vinculante, suscitam a imperatividade de reexaminar a função desempenhada pelo STF no âmbito do controle difuso de constitucionalidade.

Indaga-se, enquanto órgão de natureza constitucional, qual seria a justificativa para condicionar os efeitos *erga omnes* de uma decisão do STF que declara a inconstitucionalidade de uma lei ou ato normativo no contexto de um caso específico à intervenção do Senado Federal? Nesse limiar questionativo, pondera-se se o STF abdicaria de sua vocação como Corte Constitucional, passando a aplicar, de forma intrínseca e automática, efeito vinculante e *erga omnes*, mesmo quando a inconstitucionalidade foi constatada em meio a uma controvérsia acessória entre partes litigantes.

No tocante a essa questão, Dirley da Cunha entende ser completamente ininteligível aceitar o impacto *erga omnes* de uma determinação do Supremo Tribunal Federal que, por meio de uma simples decisão liminar proferida em ação direta, suspende a eficácia de uma lei ou ato normativo, e recusar a possibilidade de um efeito semelhante quando, por meio de uma decisão definitiva, declara a inconstitucionalidade no contexto do controle difuso ou concreto (CUNHA JUNIOR, 2008).

Nessa fronteira crítica, constata-se um incremento no Supremo Tribunal Federal (STF) no reconhecimento e na evolução, no escopo do controle de constitucionalidade, da

insuficiência e obsolescência do instituto de suspensão senatorial. Nesse contexto, abre-se espaço para uma indagação subsequente: de que maneira aplicar o mencionado instituto de suspensão da execução da lei pelo Senado quando o STF não emitiu qualquer declaração de inconstitucionalidade, limitando-se, como expediente decisório, a uma interpretação conforme a Constituição ou a uma declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto?

Nesse esteio, em coadunação aos escritos de Lúcio Bittencourt, caso o Senado não tome medidas, não afetará a validade da decisão, que continuará a surtir todos os seus efeitos habituais, os quais, de fato, são independentes da colaboração de qualquer um dos outros poderes. O propósito do Artigo 64 da Constituição de 1946 é simplesmente divulgar a decisão do tribunal, tornando-a conhecida por todos os cidadãos. Logo, afirmar que o Senado suspende a execução de uma lei inconstitucional é, na realidade, uma imprecisão técnica, visto que um ato considerado “inexistente” ou “ineficaz” não pode ter sua execução suspensa (BITTENCOURT, 1949).

Regressando ao escopo da argumentação acerca da mutação constitucional, após minuciosa análise de todos os argumentos anteriormente abordados, constata-se que aqueles que advogam pela abstrativização do controle difuso propugnam no sentido de reconhecer uma “*mutação constitucional ou interpretação constitucional evolutiva*” (CUNHA JUNIOR, 2008, p. 423). Tal desiderato visa redirecionar a competência do Senado Federal, conforme estabelecido no Artigo 52, inciso X, da Carta Magna de 1988, não mais para conferir efeitos genéricos, mas unicamente para atribuir-lhe a função de mera publicidade à decisão emanada do Supremo Tribunal Federal que, no âmbito do controle concreto, declara a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, almejando, assim, a equiparação dos efeitos entre as decisões prolatadas nos processos de controle difuso e abstrato.

Ademais, parte da doutrina sustenta que em um ordenamento que adota um controle concentrado primordial, no qual as decisões de inconstitucionalidade reverberam com efeitos *erga omnes* e vinculantes, a intervenção do Senado Federal para conferir eficácia geral às determinações do Supremo Tribunal Federal, proferidas no âmbito do controle incidental, configura-se como uma “*medida anacrônica, obsoleta e contraditória.*” (CUNHA JUNIOR, 2008, p. 423), “*expressão de um inequívoco formidável*” (VELOSO, 2005, p. 177) e “*esdrúxula*” (TAVARE, 2007, p. 103).

Nesse contexto, os propugnadores da abstrativização do controle difuso alinham-se à perspectiva de uma mutação constitucional do Artigo 52, inciso X, da Carta Magna de 1988, visando restringir o papel político da eminente Casa do Congresso Nacional a uma mera

formalidade de publicização da decisão de inconstitucionalidade, ao tempo que, esta última, desde sua promulgação, se revestiria de eficácia geral e caráter vinculante.

Embasa tal perspectiva o entendimento do Eminentíssimo Ministro Gilmar Mendes, já mencionado, que sustenta que a exigência de submissão da eficácia geral da declaração de inconstitucionalidade proferida pelo STF a uma deliberação do Senado Federal, uma disposição incorporada à Constituição Federal de 1934 e mantida até o presente, perdeu considerável relevância com a introdução do controle abstrato de constitucionalidade, o qual desencadeia seus efeitos de maneira integral, prescindindo de qualquer interferência de tal ou qual órgão do Poder Legislativo.

3.3 CRÍTICAS À ABSTRATIVIZAÇÃO DO CONTROLE DIFUSO

Primeiramente, antes de nos imergirmos devidamente nos argumentos empregados por aqueles que não endossam a abstrativização do controle difuso por meio da mutação constitucional, faz-se imperativo elucidar, ainda que sucintamente, o conceito de mutação constitucional, bem como seus parâmetros e consequências.

Para Juliano Taveira Bernardes, em escritos do ano de 2007, a mutação constitucional seria definida como “*ato ou efeito modificativo da Constituição Federal, sem revisões formais dos enunciados linguísticos constitucionais*” (BERNARDES. 2007, p. 281). Já Dimitri Dimoulis e Soraya Lunardi, em uma concepção posterior, descrevem a mutação constitucional como “[...] *atribuição de um novo sentido ao mesmo enunciado constitucional, distanciando-se da interpretação anteriormente adotada.*” (DIMOULIS; LUNARDI, 2008, p. 296). Por fim, tem-se a concepção mais tradicional de mutação constitucional, apresentada pelos idos dos anos de 1900 pelo filósofo e jurista Georg Jellinek, descrevendo-a como “*aquela modificação que deixa os textos formalmente inalterados, e se provoca por fatos que não devem estar acompanhados da vontade ou da consciência de tal modificação*” (JELLINEK. 1906, p. 3).

Em síntese, pode-se concluir, utilizando-se dos argumentos supracitados que a mutação constitucional se revela como o ato ou fenômeno modificativo da Constituição Federal, prescindindo de revisões formais nos enunciados linguísticos constitucionais. Caracteriza-se pela imputação de um novo significado ao mesmo enunciado constitucional, distanciando-se da interpretação anteriormente adotada. Este processo de modificação transcorre sem alterações formais nos textos constitucionais, sendo instigado por eventos desprovidos da intencionalidade ou consciência de provocar tal transformação.

Uma vez que se tenha definido o conceito de mutação constitucional, torna-se imperativo compreender as condições que propiciam a sua existência. A mera alteração de sentido no texto, sem modificação formal do dispositivo, exige a preexistência de determinados eventos ou circunstâncias que instiguem o intérprete a modificar o significado previamente atribuído a esse texto constitucional. De acordo com a doutrina, a configuração de uma mutação constitucional demanda a presença de dois elementos fundamentais, um temporal e outro social (DIMOULIS; LUNARDI, 2008).

No que concerne ao elemento temporal, é crucial observar que a alteração de sentido ocorre em um ponto específico da evolução histórica do ordenamento jurídico, geralmente claramente delimitado. Esse momento é influenciado por circunstâncias externas ao dispositivo em si, ou seja, independentes de sua formulação. Quanto ao aspecto social, percebe-se que este se caracteriza pela atribuição de significado interpretativo a elementos externos aos enunciados analisados (DIMOULIS; LUNARDI, 2008).

Por não se tratar de uma modificação no texto, o novo sentido atribuído está intrinsecamente relacionado a transformações nos valores sociais, emergindo novas perspectivas quanto à organização jurídica. Essas mudanças podem abranger aspectos econômicos, ideológicos, morais ou políticos. Entretanto, em toda circunstância, faz-se premente a necessidade de uma transformação social para a problemática da mutação constitucional (FIEDLER, 1972).

Expresso de forma diversa, o reconhecimento da mutação constitucional apenas se viabiliza no contexto de uma teoria de interpretação constitucional que admita a influência de fatores "reais" sobre a interpretação de dispositivos constitucionais, os quais evoluem em consonância com a sociedade, mesmo quando permanecem inalterados em sua literalidade. Este enfoque interpretativo é reconhecido como interpretação evolutiva (LEITE, 2009).

Entretanto, não obstante a constatação da presença dos elementos anteriormente mencionados que poderiam justificar a proclamação da mutação constitucional, torna-se imperativo ressaltar que, dentro de nosso sistema jurídico, e mais especificamente no cenário em análise, tratando-se de um dispositivo literal desprovido de margens para interpretações divergentes, ainda que as transformações se revelem manifestas e pertinentes, a ausência de alteração no teor da carta magna impede que tais modificações sejam consideradas, sob o risco de o intérprete, notadamente o Supremo Tribunal Federal, arrogar-se da competência do poder constituinte reformador e desrespeitar a hierarquia das fontes do ordenamento jurídico.

Ademais, é imperativo ressaltar que o Excelso Pretório, embora erigido como Guardião da Magna Carta, ostenta a condição de poder constituído, emanado dos dispositivos da Constituição Federal, não se situando em patamar superior ao legislador constituinte que, conforme anteriormente assinalado, reiteradamente delineou a norma constitucional, conferindo expressamente tal atribuição ao Senado Federal. Nesse diapasão, não se vislumbra a detecção de alterações sociais e temporais capazes de instigar a mutação constitucional do dispositivo inscrito no Art. 52, X.

Dessa forma, àqueles que divergem da concepção da concretização do controle difuso mediante mutação constitucional, subsiste a convicção de que o STF, como ente constituído, carece da prerrogativa de usurpar competências alocadas em outras esferas de poder pelo legislador constituinte, que erigiu os postulados constitucionais consubstanciados na carta de 1988. Nesse limiar, oportuno enaltecer os escritos dos Professores Marcelo Cattoni de Oliveira, Martonio Barreto Lima e Lenio Streck quando concluíram que esta tentativa de apropriação de competências designadas aos outros operadores do controle difuso são opções teóricas que expressam a tentativa de monopolizar o controle de constitucionalidade (STRECK; OLIVEIRA; LIMA, 2007).

Em resumo, para efetivar a abstrativização do controle difuso mediante a suposta mutação constitucional do Art. 52, X da Constituição Federal de 1988, o texto, que atualmente ostenta uma interpretação literal conferindo ao Senado a competência para suspender integral ou parcialmente uma lei declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF), seria reinterpretado de maneira a atribuir ao Senado unicamente a função de publicizar a decisão do STF que declarou, com eficácia *erga omnes* e efeito vinculante, a inconstitucionalidade da lei, seja integral ou parcialmente.

Efetivamente, ao se acatar a aludida proposição, não se vislumbrará uma mera alteração de interpretação no que concerne a uma competência específica do Senado, mas, outrossim, sua supressão integral, despojando-o de qualquer utilidade no âmbito do controle difuso de constitucionalidade. Destarte, está-se debatendo não apenas uma modificação, mas a extirpação completa de uma atribuição do Senado, instituída pela própria constituição, instaurando, por conseguinte, uma ponderação acerca da própria subsistência dessa prerrogativa senatorial (STRECK; OLIVEIRA; LIMA, 2007).

Acrescenta-se aos argumentos anteriormente expostos que o controle difuso continua a ser regulamentado pela Constituição Federal, mantendo-se inalterado desde sua promulgação em 1988. Ademais, não se observam movimentos significativos e relevantes de opinião pública

contrários a esse método de controle constitucional. Além disso, não se constata alterações substanciais no comportamento do Senado Federal no que diz respeito à suspensão de leis consideradas inconstitucionais (DIMOULIS; LUNARDI, 2007). Destaca-se, outrossim, que a competência do Senado para tal desiderato permanece politicamente imperceptível, não suscitando críticas da imprensa, de agremiações partidárias ou de segmentos sociais quanto ao seu exercício.

Assim sendo, a inclinação das pessoas em recorrer com maior frequência ao poder judiciário, buscando exaurir todas as instâncias e, por conseguinte, resultando em um aumento substancial de litígios julgados pelo Supremo Tribunal Federal, não implica necessariamente na existência de alterações nos valores sociais ou nas circunstâncias concretas que poderiam influenciar uma reinterpretação constitucional. Nesse particular, reiteramos mais uma vez a perspectiva propugnada por Dimitri Dimoulis e Soraya Gaspareto:

[...] caso contrário, deveríamos também impedir a produção legislativa, alegando que os cidadãos não podem tomar conhecimento satisfatório das leis quotidianamente promulgadas e também impedir a interposição de ações e recursos, caso seu número ultrapasse certo limite. (DIMOULIS; LUNARDI, 2007, p. 311)

Ademais, para além dos aspectos previamente elencados, emergem argumentos contrários à abstrativização do controle difuso por intermédio da mutação constitucional, sustentando que esta se revela supérflua, visto que já se encontra em vigor o mecanismo da súmula vinculante como meio apto a dirimir tal problemática, sem necessidade de transgressão de competências. Nessa perspectiva, durante a apreciação da Reclamação Constitucional 4.335/AC, o então Ministro Sepúlveda Pertence manifestou sua discordância em relação ao voto do Ministro Relator, Gilmar Mendes, anteriormente destacado nessa produção ao expor os argumentos em prol da teoria da mutação constitucional.

Na oportunidade, o Ministro abordou questões relativas à suposta usurpação de competência pelo Supremo Tribunal Federal (STF) mediante um decreto emanado do próprio poder que dele se beneficiaria. Ademais, alertou sobre a possibilidade de que, para os mais extremistas, tal medida pudesse ser interpretada como uma incursão nas sendas de uma tentativa golpista. Vejamos:

Mas não me animo à mutação constitucional proposta. E mutação constitucional por decreto do poder que com ela se ampliaria; o que, a visões mais radicais, poderia ter o cheiro de golpe de Estado. Às tentações do golpe de Estado não está imune o Poder Judiciário; é essencial que a elas resista.

[...]

Mas, partir daí, a reduzir-se a nada o papel do Senado - que todos os textos constitucionais subsequentes a 1934, com exceção 93 do Estado Novo (sic), mantiveram - parecem-me ir, com todas as vênias, além da marca.

[...]

De resto, o decreto de mutação constitucional proposto já não tem mais, hoje, por si, nem o desafio de emprestar maior eficácia às decisões constitucionais do Supremo Tribunal Federal. (BRASIL, 2014, p. 93)

Prosseguindo, apresentou considerações acerca da invariabilidade do dispositivo legal consubstanciado no Art. 52, X, desde a promulgação da Constituição Federal de 1934, tema já explorado no presente trabalho e minuciosamente debatido pela doutrina.

Já tive oportunidade de assinalar, várias vezes nesta Casa e em aventuras palestrantes, ser evidente que essa convivência, desde 1965, dos dois sistemas de controle - não para criar um sistema misto, mas, na verdade, para conviverem paralelamente, levaria, como tem levado, a uma prevalência evidente do controle concentrado. Mas também é certo que as decisões das sucessivas Constituições têm sido de manter incólume o sistema primitivo de declaração incidente com a inovação, tipicamente brasileira, de 1934, de entregar a um órgão do Poder Legislativo a decisão de dar-lhe ou não efeitos gerais. (BRASIL, 2014, p. 94)

Ademais, o ilustre Ministro Sepúlveda Pertence, com sua notável erudição, postula a dispensabilidade de se recorrer à sofisticada teoria da mutação constitucional como alicerce para imputar a qualidade de eficácia *erga omnes* e a natureza vinculante à deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no contexto do controle de constitucionalidade realizado de maneira difusa. Esta postulação repousa sobre a premissa de que, mediante a instituição do mecanismo da súmula vinculante, já se encontra estabelecida, de modo inerente, a capacidade de conferir tais atributos às decisões, eliminando, assim, a necessidade de uma alteração substancial no *corpus* da Constituição ou de uma reinterpretação revolucionária do enunciado constitucional preexistente.

Não há dúvida de que, no mundo dos fatos, se torna cada vez mais obsoleto - concordo - esse mecanismo; mas, hoje, combatê-lo, por isso que tenho chamado - com a permissão generosa dos dois Colegas - de projeto de decreto de mutação constitucional, já não é nem mais necessário.

A Emenda Constitucional 45 dotou o Supremo Tribunal de um poder que, praticamente, sem reduzir o Senado a um órgão de mera publicidade de nossas decisões, dispensa essa intervenção. Refiro-me, é claro, ao instituto da súmula vinculante, que a Emenda Constitucional 45, de 2005, veio a adotar depois de mais de uma década de tormentosa discussão. De tal modo que reproduzirei no meu voto, para efeitos didáticos, o dispositivo do vigente art. 102, § 94 3o, que vincula, ele sim, a súmula vinculante, editada na conformidade da Lei de 2006, que a disciplinou. (BRASIL, 2014, p. 95-96)

A prescindibilidade preconizada pelo Eminentíssimo Ministro, quanto ao apelo à teoria da mutação constitucional, encontra seu fundamento na imperativa condição de que a súmula vinculante incida sobre matérias de índole constitucional, respaldadas por decisões reiteradas e permeadas por uma controvérsia suscetível de gerar considerável insegurança jurídica e uma

notória proliferação de litígios. Em síntese, torna-se manifesta a perspectiva de que a implementação da Súmula Vinculante se destine, primariamente, a alcançar os desideratos almejados pelo Supremo Tribunal Federal mediante a aplicação da teoria da mutação constitucional, ao passo que todos os requisitos inerentes à sua concepção foram exaustivamente abordados nos argumentos favoráveis à abstrativização do controle difuso, conforme anteriormente consignado.

Nesse limiar, pertinente também observar os argumentos proferidos pelo Ministro Joaquim Barbosa quando votou contrariamente à tese da mutação constitucional, também no julgamento da Reclamação Constitucional 4.335/AC. Na oportunidade, o então Ministro do STF, sustentou argumentos no sentido de que a necessidade de comunicação ao Senado Federal não apresentava obstáculos à ampla efetividade do Supremo Tribunal nos julgamentos que envolvam controle de constitucionalidade no caso concreto, alegando que não seria esse empecilho o responsável pelo alto número de demandas que diuturnamente chegam ao STF.

Reforça minha convicção a circunstância, revelada pelo próprio relator, de que o STF não depende mais do Senado para atribuir efeito *erga omnes* às declarações de inconstitucionalidade no controle difuso. Isso justamente porque, se o STF entender, com base na gravidade da questão constitucional, que a decisão deverá ter aplicação geral, deverá editar súmula vinculante a respeito.

Esse dado me basta para que se mantenha a leitura tradicional do dispositivo, segundo a qual a declaração de inconstitucionalidade pelo STF autoriza o Senado a determinar a suspensão de sua execução, pelas razões políticas que os Srs. Senadores entenderem pertinentes. Isto porque o dispositivo trata de uma autorização ao Senado, não de uma faculdade de cercear a autoridade do STF. (BRASIL, 2014, p. 98)

Complementou ainda, tal qual o Ministro Sepúlveda, a respeito da desnecessidade de se recorrer a uma mutação constitucional para se atribuir efeitos vinculantes e *erga omnes* às decisões em sede de controle difuso quando já existente o instituto da Súmula vinculante para conceder eficácia geral às decisões do STF aplicadas reiteradas vezes, razão pela qual não dependeria do Senado Federal para tal, deixando de aplicar o Art. 52, X, da CF/88, prevalecendo o texto da Emenda Constitucional nº 45/2004. Ademais, arremata-se com o argumento de que, mesmo sob a hipotética consideração da utilização da teoria da mutação constitucional para conferir os mencionados efeitos, tal empreendimento se revelaria inviável em virtude da ausência dos pressupostos essenciais indispensáveis ao seu reconhecimento.

Ainda me impressiona, ademais, mesmo com toda essa revolução no controle de constitucionalidade, a literalidade da previsão contida no art. 52, X, presente no texto constitucional e em relação ao qual não há qualquer disposição contrária ou de sentido conflitante.

[...]

Mas o que vislumbro com a proposta é que ocorrerá pura e simplesmente, pela via interpretativa, a mudança no sentido da norma constitucional em questão, hipótese essa que Canotilho, por exemplo, não elenca como modalidade idônea de mutação (Direito Constitucional, p. 1102). Além disso, mesmo que se aceitasse a tese da mutação, entendo que seriam necessários dois fatores adicionais: o decurso de um espaço de tempo maior, para a constatação dessa mutação, e a consequente e definitiva "désuetude" do dispositivo. (BRASIL, 2014, p. 99-101)

Assim, constata-se que as objeções à abstrativização do controle difuso mediante a mutação constitucional permeiam a premissa de que os critérios essenciais, notadamente os de índole social e temporal, carecem de tangibilidade para o reconhecimento da metamorfose de uma norma dotada de redação literal, desprovida de espaço para interpretação divergente. A necessidade de conferir maior celeridade ao procedimento judicial e o anseio por reduzir o exorbitante volume de processos julgados anualmente pelo Supremo Tribunal Federal não se afiguram como justificativas plausíveis e legais para ensejar uma revisitação do preceito consubstanciado no Art. 52, X.

Ademais, caso se cogitasse tal possibilidade, vislumbra-se que esta seria supérflua, dada a previsão da introdução de Súmula Vinculante, que suscitará os mesmos efeitos que a mutação, reputada como "*autocriativa e inconstitucional*" (DIMOULIS; LUNARDI, 2007, p. 309), poderia vir a apresentar. Tal medida conferiria efeitos vinculantes às decisões reiteradas do STF, prevenindo seu reexame e assegurando a eficácia dos trâmites processuais.

4 A INCOERÊNCIA DO MODELO ATUAL E OS MÉTODOS ADEQUADOS PARA SUPERAR A INCONSTITUCIONALIDADE

No presente e derradeiro capítulo argumentativo, procederemos à minuciosa exposição da incongruência inerente ao paradigma vigente empregado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na concessão de eficácia *erga omnes* e efeito vinculante às suas decisões, no âmbito do controle repressivo de constitucionalidade pela via difusa. Nesse ínterim, nos valeremos tanto dos argumentos esposados para sustentar a postura da Suprema Corte quanto das razões expendidas no sentido de repelir a aceitação da teoria da mutação constitucional.

Por conseguinte, mergulharemos na análise pormenorizada dos métodos constitucionalmente apropriados para transpor a inconstitucionalidade subjacente à postura do STF, elucidando de maneira mais circunstanciada o instituto da súmula vinculante, inserido no ordenamento jurídico brasileiro mediante a Emenda Constitucional nº 45, com o desiderato de unificar a interpretação e aplicação do texto constitucional. Além disso, será igualmente ressaltada uma alternativa ao STF, especificamente quanto à possibilidade de se requerer ao Poder Legislativo a alteração do Art. 52, X, da Constituição Federal de 1988, por meio de emenda constitucional, a fim de que este atributo confira ao Senado a competência exclusiva de tornar públicas as decisões do STF, prescindindo, assim, da específica prerrogativa de suspender a norma do ordenamento jurídico.

4.1 A INCOERÊNCIA DO MODELO ATUAL

Na esteira do exame da Reclamação Constitucional nº 4335, originária do Estado do Acre, cujo desfecho culminou na acolhida da pretensão do autor, no tocante ao reconhecimento da extensão do efeito *erga omnes* e da natureza vinculante inerentes às deliberações de controle de constitucionalidade emanadas pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito de controle difuso, consolidou-se a tendência à concentração do mencionado mecanismo de controle de constitucionalidade, cuja prática tem sido frequentemente amparada pela doutrina da mutação constitucional.

Imperioso destacar que, além da mencionada Reclamação Constitucional, em uma pluralidade de outras situações jurisprudenciais, o Supremo Tribunal Federal, ao proferir decisões em contexto de controle incidental, consolidou um entendimento despojado, elevando-o ao patamar de jurisprudência. Tal prática, à luz da profusão de argumentos meticulosamente

elencados, emerge, como mínimo, uma incoerência palpável, desaguando, possivelmente, nas águas turvas da inconstitucionalidade.

Desta feita, mediante a análise da teoria esposada pelos eminentes ministros do Supremo Tribunal Federal Sepúlveda Pertence e Joaquim Barbosa, por ocasião do julgamento da Reclamação Constitucional número 4335/AC, cujo respaldo encontrou eco em parcela da erudição jurídica, constata-se que os fundamentos esposados para defender a mutação constitucional ostentam uma índole eficientista-consequencialista (DIMOULIS; LUNARDI, 2007). Tais fundamentos, ao elencar as vantagens procedimentais e econômicas decorrentes da ampliação dos efeitos no deslinde das controvérsias, bem como a imperativa necessidade de transpor as denominadas "*esquizofrenias do sistema brasileiro misto*" (BOLZAN, 2007, p.147), evidenciam uma abordagem que, contudo, viola as imposições normativas erigidas pela Magna Carta ao Supremo Tribunal Federal.

Nesse contexto, os propugnadores dessas premissas parecem desconsiderar as limitações impostas pelo ordenamento constitucional, erigindo a concepção de que não se trata meramente de uma reinterpretação constitucional, mas sim de uma genuína "*substituição de um texto por outro texto, construído pelo próprio STF*" (MONTEZ, 2007, p. 4). Tal postura, ao catapultar o tribunal para um papel de autêntico "*legislador positivo*" (BOLZAN, 2007, p. 143), desemboca, inequivocamente, na transgressão das esferas de competência do Poder Judiciário, em detrimento do escopo legislativo a cargo do próprio Poder Legislativo.

Dessa forma, sob esta perspectiva, avulta a observação de que, nos argumentos tecidos ao longo do presente artigo, evidencia-se uma reflexão acerca da incongruência intrínseca ao modelo adotado pelo Supremo Tribunal Federal para imputar efeitos ao controle difuso. Tais efeitos, nos moldes estabelecidos pela Carta Magna, seriam inatos ao controle concentrado, em conformidade ao § 2º, do art. 102, da CF/88, com a redação conferida pela EC n.º 45/2004, o qual prevê que as decisões de mérito do STF nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade "*produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal*".

Outrossim, ainda possível observar um obstáculo adicional ao empreender a averiguação da legitimidade inerente à utilização da teoria da mutação constitucional, cuja essência repousa na premissa da rigidez constitucional que objetiva moldar a realidade social, incluindo-se nela a conduta das autoridades estatais que aplicam o direito. Nesse contexto, engloba-se a conduta das autoridades estatais incumbidas da aplicação do ordenamento

jurídico. A verossimilhança da realidade exige a conformidade aos preceitos emanados da Carta Magna, independentemente do crivo valorativo atribuído a tais prescrições e do grau de legitimidade ostentado pela autoridade que almeja erigir uma interpretação constitucional de modo discricionário ou mesmo em contraposição ao seu significado literal (BÖCKENFÖRDE, *apud* DIMOULIS; LUNARDI, 2007).

Impõe-se, ademais, atentar para o axioma de que a proposta de mutação constitucional, ao reverberar na modificação do próprio texto constitucional, conforme anteriormente discorrido, instaura um novo enunciado que, por sua vez, atenua as competências de um órgão preexistente, configurando-se, assim, como uma transgressão ao postulado da separação de poderes. Concomitantemente, na aplicação prática desta teoria, não se vislumbra uma mera alteração na competência do Senado Federal, mas sim a sua erradicação completa, destituindo-o de qualquer utilidade no âmbito do controle difuso (STRECK; LIMA; CATTONI, 2007).

Nesse limiar, o Senado ver-se-ia desprovido da incumbência de suspender a eficácia da legislação declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito do controle difuso. Tal atribuição seria, de pronto, transferida diretamente à supracitada Corte, relegando ao Senado tão somente a prerrogativa de oficializar a decisão por meio dos canais oficiais. É neste contexto que o STF se engajaria na realização de uma alteração constitucional, um feito que normalmente demandaria todo o procedimento previsto para emendas constitucionais, refletindo a rigidez inerente à nossa Carta Magna.

Exposto de maneira diversa, segundo as exposições do erudito jurista Glauco Salomão Leite, o Supremo Tribunal Federal, sob a roupagem de uma mutação inconstitucional, estaria perpetrando uma nítida usurpação de competência reformadora que não lhe é inerente, transgredindo, por conseguinte, o princípio fundamental da separação de poderes (LEITE, 2008).

Relativamente ao sobredito princípio, é pertinente enfatizar que este ganha relevância no domínio da hermenêutica constitucional por intermédio do postulado da concordância funcional. Este postulado determina que o órgão incumbido da exegese da Lei Suprema - no contexto em apreço, a Constituição Federal - não deve endossar interpretações que, de qualquer forma, modifiquem ou subvertam o esquema de distribuição das funções estatais meticulosamente esboçado no texto constitucional (HESSE, 1983)

Todavia, não se descortina, no âmbito deste escrutínio, uma censura frontal à abstrativização do controle difuso, contanto que esta se opere em consonância com os preceitos constitucionais. Estes, indubitavelmente, não se coadunam com a modificação constitucional

desprovida do rigoroso procedimento de Emenda, tal como preconizado no artigo 60 da Constituição Federal de 1988, mas que tem sido equivocadamente envergada sob o manto da mutação constitucional.

Nesse cenário, entrevera-se que, para dirimir a incongruência do atual paradigma empregado pelo Supremo Tribunal Federal, despontam duas alternativas perscrutáveis: A primeira residiria no apelo ao poder legislativo, instando-o, de maneira constitucional, a seguir os ritos imperativos estipulados pela nossa Carta Magna, de modo a efetivar a edição de emenda à Constituição. Essa emenda almejaria a modificação do teor normativo do Artigo 52, inciso X, da Constituição Federal de 1988, almejando extinguir a competência do Senado Federal para modular os efeitos das deliberações do Supremo Tribunal Federal no âmbito do controle de constitucionalidade por via difusa. Nesse novo desenho, incumbiria ao Senado tão somente o ônus de disseminar a decisão, conforme postulado por uma corrente doutrinária que sustenta ser esta prática já consagrada nos preceitos contemporâneos.

A segunda contingência para suprir a inconstitucionalidade do atual modelo consistiria, conforme perspicazmente destacado pelos Eminentes Ministros Sepúlveda Pertence e Joaquim Barbosa, por ocasião de suas manifestações durante o julgamento da Reclamação Constitucional número 4335/AC, na adoção do instituto da Súmula Vinculante. Este mecanismo, sob a ótica constitucional, figura como um expediente destinado à uniformização da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, detentor de força normativa que se projeta sobre os órgãos do Poder Judiciário, bem como sobre toda a administração pública direta e indireta, em âmbito federal, estadual e municipal, conforme preconiza o Artigo 103-A, § 1º, da Constituição Federal de 1988.

Art. 103-A. O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.

§ 1º A súmula terá por objetivo a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas, acerca das quais haja controvérsia atual entre órgãos judiciários ou entre esses e a administração pública que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica.

Portanto, o referido instituto da Súmula Vinculante refuta categoricamente os argumentos que defendem a necessidade da mutação constitucional em virtude da urgência em mitigar a enxurrada de demandas reiterativas que assolam o Supremo Tribunal Federal, as quais obstam a desejada celeridade processual. Em circunstâncias nas quais se deprece com a situação

em comento, incumbiria ao STF a promulgação de uma Súmula Vinculante, com o propósito de dirimir aquela controvérsia específica. Tal medida se revela suficiente, sem que haja a imperiosa necessidade de imputar efeitos *erga omnes* e vinculantes a todas as deliberações emanadas no âmbito do controle repressivo difuso, mesmo em cenários onde estas não representem um padrão de incidências com repetidas decisões do Supremo Tribunal Federal em uma mesma direção.

4.2 SÚMULA VINCULANTE: UMA SOLUÇÃO À ABSTRATIVIZAÇÃO DO CONTROLE DIFUSO

Embora tenha perambulado pelos meandros do Congresso Nacional por uma multiplicidade de anos, o mecanismo jurídico conhecido como Súmula Vinculante somente foi incorporado ao tecido legal brasileiro com a promulgação da Emenda Constitucional número 45, de dezembro de 2004. Esta emenda, inquestionavelmente, instaurou transformações de magnitude considerável na arquitetura do Poder Judiciário Brasileiro. Dentro deste espectro de inovações, emerge, como um dos aspectos mais debatidos e controversos, a concessão do caráter vinculante às súmulas emanadas pelo Supremo Tribunal Federal, particularmente nas questões de natureza constitucional.

Extrai-se do texto da mencionada emenda, a qual introduziu o Artigo 103-A e seus subsequentes parágrafos na Constituição Federal, a exigência de uma série de requisitos cumulativos para a elaboração de uma súmula vinculante: a) é imprescindível a existência de uma controvérsia atual que afete órgãos judiciários ou a relação destes com a Administração Pública; b) tal controvérsia deve gerar uma profunda instabilidade jurídica e um incremento notável no número de litígios acerca de uma questão idêntica; c) é necessário que o Supremo Tribunal Federal tenha proferido decisões reiteradas sobre o tema constitucional em questão, evidenciando assim a natureza constitucional da controvérsia sob escrutínio, pois é sobre tal matéria que o Supremo Tribunal Federal deve se pronunciar; d) a edição da súmula vinculante requer a concordância de, no mínimo, dois terços dos integrantes da referida corte suprema (LEITE, 2007b).

Com efeito, ante os desdobramentos observados, constata-se que uma das primordiais finalidades almejadas com a implementação das súmulas vinculantes reside na mitigação de demandas reiterativas no seio do Supremo Tribunal Federal. Tal desiderato se delineia de maneira inequívoca no próprio texto da Emenda Constitucional nº 45, visto que um dos imperativos para sua concepção é a presença de uma controvérsia corrente que propicie a

"multiplicação de processos sobre questão idêntica" (consoante § 1º do art. 103-A da CF). Portanto, revela-se uma orientação pragmática subjacente à instituição das súmulas vinculantes, a saber, aliviar a sobrecarga na mais elevada instância judiciária do país.

Efetivamente, mediante a instituição das súmulas vinculantes, almejou-se imprimir maior coerência e uniformidade à jurisdição constitucional no Brasil, atenuando a proliferação de litígios e a conseqüente interposição de recursos relativos a teses jurídicas sobre as quais o Supremo Tribunal Federal (STF) já consolidou entendimento. Tal mecanismo busca, essencialmente, fortalecer a segurança jurídica, proporcionando aos jurisdicionados a certeza de que, perante determinadas situações, a resolução aplicável será aquela previamente concretizada em um enunciado de súmula vinculante elaborado pelo STF. Assim, cria-se um panorama jurídico onde as decisões são previsíveis e alinhadas, reduzindo a incerteza e as interpretações díspares nas instâncias inferiores (SANTOS, 2022).

Em suma, as súmulas vinculantes são a sintetização de decisões provenientes do exercício da jurisdição constitucional pelo vértice hierárquico de interpretação e salvaguarda da Carta Magna no Brasil, o Supremo Tribunal Federal. Constituem, portanto, um mecanismo de geração normativa por parte desta Corte Suprema, sendo impulsionadas tanto pela configuração intrínseca da Constituição brasileira quanto pelo papel vital que o Tribunal desempenha no contexto da jurisdição constitucional (LEITE, 2007b).

No contexto da jurisdição constitucional, a instituição da súmula vinculante procura repelir o tratamento anti-isonômico em circunstâncias análogas, que poderia ser adotado por outros órgãos do Poder Judiciário. Busca-se, desse modo, evitar que aos litigantes sejam conferidas soluções discrepantes daquelas consagradas e consolidadas no enunciado sumular vinculante elaborado pelo Supremo Tribunal Federal (SANTOS, 2022). Nesse ínterim, reafirma-se o princípio da segurança jurídica, resguardando a previsibilidade e uniformidade nas decisões judiciais, alicerçadas no entendimento pacificado pelo STF.

Efetivamente, ao abordar a origem e a função constitucional das súmulas vinculantes, e considerando a teoria da concentração do controle difuso por meio da mutação constitucional que propõe que todas as decisões do Supremo Tribunal Federal declaratórias de inconstitucionalidade, tanto no controle difuso quanto no concentrado, adquiram eficácia geral e força vinculante, percebe-se que tal abordagem poderia impactar significativamente a esfera de atuação das súmulas vinculantes.

Sob essa perspectiva, uma das principais funções das súmulas vinculantes é resolver controvérsias acerca da validade de normas específicas, o que frequentemente envolve a análise

de sua constitucionalidade. Adotada a teoria mencionada, onde cada decisão do STF que estabelece a inconstitucionalidade de uma norma no controle difuso já possuiria uma obrigatoriedade geral, o papel das súmulas vinculantes como instrumento para consolidar e universalizar tal entendimento poderia se tornar redundante ou até mesmo desnecessário (LEITE, 2007)

Portanto, a adoção plena dessa teoria tende redefinir o papel das súmulas vinculantes, deslocando o foco de sua relevância e utilidade dentro do sistema jurídico, particularmente no que tange à garantia da segurança jurídica e à uniformização da interpretação constitucional pelo STF. Nesse ponto, pertinente destacar a indagação realizada pelo Professor Glauco Salomão:

Realmente, qual o sentido em preencher todos os requisitos para se editar uma súmula vinculante (notadamente o das reiteradas decisões em um mesmo sentido) estabelecendo que certa norma é inconstitucional, se qualquer decisão de inconstitucionalidade tomada na via difusa já possuísse o mesmo efeito que seria conseguido, ao final, através da súmula? Em síntese, não seria necessária súmula vinculante se as decisões de inconstitucionalidade do Supremo Tribunal Federal, em controle difuso, já devessem obrigar a todos. (LEITE, 2007, p. 93-94)

Com efeito, a instituição da súmula vinculante introduz uma certa incoerência na aplicação da teoria da mutação constitucional para conferir eficácia *erga omnes* e efeitos vinculantes às decisões do Supremo Tribunal Federal em sede de controle difuso. Isso se deve ao fato de que um dos requisitos para a formação de uma súmula vinculante é a necessidade de que o STF profira reiteradas decisões no mesmo sentido, o que implicitamente indica que essas decisões, mesmo quando declaratórias de inconstitucionalidade, originalmente não possuem eficácia geral e obrigatória.

Portanto, a súmula vinculante desempenha uma função específica: ela visa atribuir caráter obrigatório a um entendimento reiterado do STF que anteriormente não detinha essa qualidade, uma vez que sua aplicabilidade se limitava às partes envolvidas no processo em que foram emitidas. Assim, a súmula vinculante emerge como um instrumento para universalizar e formalizar a obrigatoriedade de interpretações jurídicas específicas do STF, suprimindo a lacuna deixada pela ausência de eficácia *erga omnes* nas decisões proferidas em controle difuso (LEITE, 2007).

Efetivamente, a adoção da mutação constitucional como proposta, conferindo eficácia *erga omnes* e efeitos vinculantes automáticos às decisões do STF em controle difuso, poderia efetivamente fazer cessar um dos domínios materiais para os quais a súmula vinculante foi concebida, particularmente no que tange à resolução de controvérsias sobre a constitucionalidade de normas específicas. Esta constatação ressalta uma barreira importante

que deve ser considerada: implementar um mecanismo constitucional robusto para as súmulas vinculantes e, posteriormente, por meio de interpretação judicial, restringir um dos principais campos de sua aplicação parece contraditório e potencialmente problemático.

A criação das súmulas vinculantes, conforme estabelecida pela Emenda Constitucional, teve como um de seus objetivos primordiais proporcionar estabilidade, previsibilidade e uniformidade nas decisões judiciais, especialmente em matérias de relevante controvérsia constitucional. Assim, a adoção da prática da mutação constitucional, a qual torna as decisões de controle difuso automaticamente vinculantes e de eficácia geral, acarreta uma sobreposição com o propósito das súmulas vinculantes, potencialmente esvaziando sua relevância e utilidade no sistema jurídico brasileiro (LEITE, 2007).

Portanto, essa potencial sobreposição entre a mutação constitucional e o regime das súmulas vinculantes demanda uma análise cuidadosa para garantir que a integridade e a eficácia do sistema jurídico constitucional como um todo sejam mantidas. Postulamos, por conseguinte, a tese de que, na eventualidade de o Excelso Supremo Tribunal Federal almejar conferir força vinculante e imperativa às suas decisões consignadas no contexto do controle difuso de constitucionalidade, imperativo lhe será seguir a tramitação preconizada para a elaboração de uma súmula vinculante, seguindo os procedimentos estabelecidos no Art. 103-A, da CF/88. Tal proceder consistiria, por conseguinte, na alteração da esfera fática e singular para a generalidade normativa, tornando, nessa circunstância específica, supérflua a posterior intervenção do Senado.

Por outro lado, caso se debruce sobre uma decisão de inconstitucionalidade no âmbito do controle difuso, desprovida da subsequente criação de uma súmula vinculante, a fim de ostentar eficácia *erga omnes*, é premente que o Senado proceda à suspensão da execução da legislação declarada inconstitucional, tal como prevê o Art. 52, X, de nossa Carta Magna.

Nesse contexto, diante do reconhecimento da inconsistência inerente ao modelo atual que adota a teoria da mutação constitucional, emerge a súmula vinculante como um instrumento capaz de agilizar a imposição de obrigatoriedade às decisões de inconstitucionalidade do Supremo Tribunal Federal (STF), proferidas no âmbito do controle difuso, prescindindo da controvertida tese da mutação constitucional, na qual, o Senado se veria reduzido a um mero órgão de divulgação das decisões emanadas do STF.

Dessa maneira, por meio da súmula vinculante, evita-se a necessidade de intervenção do Senado, preservando a integridade constitucional sem transgredir seus preceitos. Este mecanismo, ao proporcionar uma via mais expedita para conferir obrigatoriedade a decisões de

inconstitucionalidade, representa uma alternativa eficaz e em conformidade com os princípios constitucionais, superando as ambiguidades associadas à teoria da mutação constitucional e mitigando a intervenção do Senado a um papel meramente informativo (LEITE, 2007).

Outra consideração de notabilidade a ser enfatizada acerca das Súmulas vinculantes consiste na percepção, advinda de parcela da doutrina, que estas já se configuram como uma modalidade de controle de constitucionalidade. Tal assertiva fundamenta-se na competência singular que essas súmulas ostentam em relação às temáticas de índole constitucional, objetivando assegurar e preservar os valores consignados na Magna Carta. Nesse diapasão, volvamos nossa atenção às elucubrações do eminente jurista Antonio Carlos da Costa Machado.

[...] em síntese, a súmula de efeito vinculante, enquanto forma excepcional e nova de realizar o controle de constitucionalidade, em nada afronta a integridade da Constituição brasileira e pode realmente significar uma importante ferramenta jurídica a ser empregada no combate à multiplicação de processos que tanto compromete a eficiência do nosso Poder Judiciário. (MACHADO, 2006, p. 41-42)

Decerto, ao considerarmos o papel do Supremo Tribunal Federal como baluarte da Constituição e o fato de que a súmula vinculante se restringe exclusivamente a assuntos de natureza constitucional, emerge a impressão de que o Art. 103-A introduz um mecanismo de controle de constitucionalidade, notadamente atípico e híbrido, por diversas razões.

Inicialmente, embora se insira na esfera do controle concentrado, executado unicamente pela Corte Constitucional, sua instauração prescinde da instauração de uma ação específica; em segundo lugar, apesar de sua localização mais imediata no espectro do controle concreto (“após reiteradas decisões sobre matéria constitucional” – caput, e “controvérsia atual” - § 1º), sua existência não requer a presença de um processo, litígio ou recurso extraordinário; e, por fim, ainda que se distancie da estrutura do controle abstrato, considerando a necessidade de demonstração de “reiteradas decisões” e “controvérsia atual”, a concretização da súmula acarreta em “efeito vinculante”, tal como estipulado pelo § 2º do artigo 102 da Constituição, o qual versa sobre os efeitos das decisões em sede de controle concentrado (MACHADO, 2006).

Deste modo, constata-se que o instituto da súmula vinculante já engloba todas as ramificações que uma decisão do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do controle repressivo pela modalidade difusa/concreta, poderia eventualmente adquirir ao utilizar a tese da mutação constitucional para a equiparação dos efeitos entre os meios difuso e concentrado. Tal compreensão prescinde da necessidade de recorrer de maneira inconstitucional à inobservância do Artigo 52, X, da Constituição Federal de 1988. Simultaneamente, todos os requisitos que fundamentaram a adoção da mutação constitucional para o mencionado artigo estão inerentes

ao instituto da súmula vinculante, a saber: controvérsia atual; reiteradas decisões sobre a matéria; questionamentos de natureza constitucional; efeito vinculante.

Ora, se a intenção do legislador, por ocasião da promulgação da Constituição Federal de 1988 ou em suas emendas subsequentes, fosse conferir eficácia geral e efeito vinculante às decisões no âmbito do controle difuso, isso já teria sido efetivado, contudo, o desdobramento foi diverso. Com a implementação da súmula vinculante, criou-se um mecanismo que permite ao Supremo Tribunal Federal pacificar entendimentos após repetidos julgamentos de inconstitucionalidade de normas de maneira incidental. Logo, se as decisões do STF em casos específicos tivessem automaticamente efeitos *erga omnes* e vinculantes, a edição da súmula vinculante seria dispensável e até inatingível, ao tempo que, uma vez proferida a decisão, a vinculação seria automática, impossibilitando a observância do requisito de uma controvérsia atual e sua reiterada apreciação.

4.3 EMENDA CONSTITUCIONAL – UMA POSSIBILIDADE AO STF

Uma alternativa adicional que se apresenta ao Supremo Tribunal Federal seria a expectativa da promulgação de uma emenda constitucional que viesse a modificar o teor do Artigo 52, inciso X, da Constituição Federal, conferindo-lhe uma redação alinhada aos desígnios preconizados pela teoria da mutação constitucional. Tal alteração implicaria na atribuição ao Senado Federal do papel exclusivamente de publicizar as decisões. Todavia, antes de imergirmos nessa questão de mérito, mostra-se essencial e pertinente emprendermos uma reflexão mais aprofundada acerca da natureza e dos contornos que definem uma emenda à Constituição, bem como a forma pela qual ela exerce sua função no tecido constitucional.

Uma emenda constitucional, no espectro jurídico, é um instrumento de elevada estatura normativa, desenhado para infundir modificações na tessitura da Constituição de um Estado. Essa modalidade de alteração, revestida de um formalismo procedimental rigoroso e criterioso, transcende as vicissitudes das leis ordinárias e complementares, situando-se no ápice da pirâmide normativa.

O processo de emenda da Carta Magna é delineado por uma liturgia legislativa que demanda mais do que a mera deliberação majoritária usual nas casas legislativas. Conforme o Art. 60 da Constituição Federal, a emenda constitucional é circundada por um quórum qualificado para sua aprovação, atualmente 3/5 em dois turnos em ambas as casas do Congresso Nacional, refletindo o consenso ampliado que tais mudanças exigem, dada a sua magnitude e impacto sobre o arcabouço jurídico e social.

Ademais, é imperativo ressaltar, seguindo os ensinamentos de Canotilho, que as emendas à Constituição não são ferramentas para subverter as fundações e os valores essenciais do texto constitucional, os chamados limites materiais. Estas guardiãs das normas supremas devem, portanto, respeitar a essência da Constituição, não se prestando a desfigurar sua identidade, estrutura e princípios fundamentais (CANOTILHO, 2023).

Nesse limiar, a alterabilidade constitucional, em conformidade aos escritos do jurista Alexandre de Moraes, não obstante passível de se materializar na modificação de diversas disposições da Constituição, preservará invariavelmente um valor integrativo, no sentido de que é imperativo manter substancialmente inalterado o arcabouço originário da Carta Magna. Nessa perspectiva, a própria Constituição delinea limites ao poder reformador (MORAES, 2006).

Por fim, a emenda constitucional, como bem pontua Peter Häberle, outro renomado constitucionalista, é também um reflexo da dinâmica social e política, permitindo que a Constituição, enquanto organismo vivo, se adapte às mutações e exigências de seu tempo, assegurando sua perenidade e relevância no curso da história (HÄBERLE; MENDES, 2002).

Posto isso, tecidas essas considerações, convém salientar que a emenda constitucional se encontra intrínseca no âmbito do denominado poder constituinte derivado reformador, cuja gênese, como o próprio termo sugere, é concebida e instituída pelo poder constituinte originário, manifestado na própria Constituição.

Divergindo de sua entidade "criadora", o poder derivado está sujeito a obedecer às normas estabelecidas e impostas pelo originário, apresentando-se, assim, limitado e condicionado aos parâmetros por ele estipulados. Sendo assim, o poder constituinte derivado encontra-se inculcado na própria tessitura constitucional, emergindo de uma norma jurídica de autenticidade constitucional, por conseguinte, submetido a limitações constitucionais tanto explícitas quanto implícitas além de sujeito ao controle de constitucionalidade.

Nesse limiar o art. 60 da Constituição Federal, expressamente, prevê a possibilidade de emendas, mediante um procedimento legislativo especial e mais dificultoso que o ordinário, devendo que sejam resguardadas alguma limitações impostas. Desse modo, conforme anteriormente exposto, o poder reformador encontra-se sujeito a restrições tanto expressas quanto implícitas. As limitações expressas se desdobram em categorias materiais, notadamente as cláusulas pétreas, conforme preconizado no artigo 60, § 4º da Constituição Federal; circunstanciais, de acordo com o artigo 60, § 1º da Carta Magna; e formais, concernentes ao processo legislativo, conforme disposto no artigo 60, I, II e III, §§ 2º, 3º e 5º. Já as limitações

implícitas referem-se à impossibilidade de suprimir as restrições expressas e de modificar o detentor do poder constituinte derivado reformador (MORAES, 2006).

Desse modo, é admissível a promoção de emendas à Constituição, desde que tais emendas não transgridam as denominadas cláusulas pétreas, as quais consagram como imutáveis a forma federativa de Estado, o sufrágio direto, secreto, universal e periódico, a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais (§4º, Art. 60, CF/88). Igualmente, a possibilidade de emenda subsiste apenas quando o Brasil não está sob vigência de intervenção federal, estado de defesa ou estado de sítio (§1º, Art. 60, CF/88).

Por fim, a plausibilidade de emenda é condicionada ao atendimento dos requisitos formais inerentes ao processo legislativo, a saber: A) a iniciativa de, no mínimo, um terço dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, do Presidente da República ou de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades federativas, manifestando-se cada uma delas pela maioria relativa de seus membros (Art. 60, I - III, CF/88). B) A proposta deve ser debatida e votada em ambas as Casas do Congresso Nacional, em dois turnos, sendo considerada aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros (§2º, Art. 60, CF/88), e C) desde que a matéria objeto da emenda constitucional não tenha sido rejeitada na mesma sessão legislativa (§5º, Art. 60, CF/88).

Assim sendo, uma vez satisfeitos os requisitos circunstanciais e formais, os quais não são objeto da presente discussão, não se vislumbram empecilhos à propositura de um projeto de emenda constitucional que objetive modificar o teor do Art. 52, X, da Constituição Federal de 1988. A modificação proposta, que transmutaria o texto de "Compete privativamente ao Senado Federal - suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal", para "dar publicidade a lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal", não se depara com qualquer obstáculo de natureza material. Ou seja, tal alteração não implica na transgressão de nenhuma cláusula pétrea.

Portanto, diante da viabilidade de tal modificação, torna-se desnecessário recorrer a uma mutação constitucional, quer seja ela legítima ou não, para conferir o significado literal ao texto com a alteração mencionada. É imprescindível que se percorram todos os trâmites legislativos, embora sejam eles intrinsecamente complexos, para alcançar o desfecho almejado pelo Supremo Tribunal Federal, o qual consiste em que as decisões proferidas no âmbito do controle difuso, assim como no controle concentrado, detenham eficácia *erga omnes* e efeito vinculante de ofício, independente da atuação do Senado Federal, sendo esta a via correta e

constitucionalmente compatível para se atingir tal resultado. Ao mesmo tempo, como já foi amplamente discutido ao longo deste trabalho acadêmico, a aplicação da teoria da mutação constitucional para tal fim revela-se uma abordagem tanto incoerente quanto inconstitucional.

Contudo, como já elucidado anteriormente, apesar do anseio do Supremo Tribunal Federal (STF), este não possui legitimidade para propor a mencionada emenda constitucional. Isso decorre do fato de que, conforme estabelecido pelos incisos I, II e III do Art. 60 da Constituição Federal de 1988, a iniciativa para tal emenda é exclusiva de um terço dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, do Presidente da República, ou de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades federativas. Portanto, de maneira constitucional, incumbe ao STF buscar apoio junto ao poder legislativo para esta iniciativa, aguardando a proposição de um Projeto de Emenda Constitucional (PEC) que vise alterar o texto do Art. 52, X da CF/88.

Até que tal proposta seja efetivada, para atingir os efeitos desejados, o STF pode valer-se do instituto da súmula vinculante, conforme discutido no subcapítulo anterior, ou permanecer dependente da atuação do Senado Federal para suspender a execução em nosso ordenamento jurídico de norma declarada inconstitucional pelo controle de constitucionalidade repressivo pela via difusa, em conformidade com o que dita o texto constitucional vigente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No âmbito deste Trabalho de Conclusão de Curso, empreendeu-se uma investigação voltada para a análise da aplicação do Art. 52, X, da Constituição Federal, mediante as interpretações fornecidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que visam conferir eficácia *erga omnes* e efeito vinculante às decisões de inconstitucionalidade proferidas pela Corte no âmbito do controle de constitucionalidade repressivo pela via difusa, sem que ocorra a promulgação de resolução pelo Senado Federal que autorize tais efeitos, à semelhança do que já ocorre no controle repressivo pela via concentrada. Adicionalmente, buscou-se examinar quais métodos, alinhados com os preceitos constitucionais, poderiam ser empregados de maneira válida e eficiente para equiparar os efeitos em ambos os tipos de controle, sem incorrer na mera desconsideração normativa.

No primeiro capítulo do desenvolvimento, buscou-se proporcionar uma exposição elucidativa sobre o controle de constitucionalidade no Brasil. Nesse contexto, erigiu-se uma análise minuciosa dos paradigmas estrangeiros que fundamentaram as bases conceituais tanto para a consolidação do controle repressivo por meio da via difusa quanto para a via concentrada. Durante esse percurso, delineou-se meticulosamente o cenário histórico de cada modelo, revelando o exato momento de sua inserção no ordenamento jurídico brasileiro.

Por fim, após a devida conceituação destas duas abordagens, empreendeu-se uma análise esclarecedora acerca da consolidação e das repercussões do modelo híbrido adotado no Brasil, o qual consiste em uma harmonização entre os elementos originários do sistema concentrado, de origem europeia, e do sistema americano, notório pela consagrada prática da "judicial review". Não obstante, apresentou-se, detalhadamente, quais os efeitos e as hipóteses de incidência de ambas as formas de controle de constitucionalidade repressivo presentes no sistema híbrido.

No segundo capítulo do desenvolvimento, procedeu-se a uma indagação pormenorizada acerca da transfiguração da funcionalidade do Supremo Tribunal Federal, articulada por meio de uma exposição minuciosa sobre a contenda na qual o STF se apropria de uma prerrogativa constitucional inerente ao Senado Federal utilizando como justificativa a teoria da mutação constitucional. Subsequentemente, efetuou-se uma sondagem detalhada do paradigma contemporâneo, desvendando os alicerces e motivações que impulsionaram o STF a adotar tal postura, mediante uma análise crítica das opiniões doutrinárias que se debruçaram sobre a

temática, discorrendo acerca das fundações que apoiam tal usurpação de competência constitucional.

Prosseguiu-se com a apresentação de uma série de críticas circunstanciadas à abstrativização do controle difuso, operada através da mutação constitucional, empenhando-se em esclarecer as consequências e desafios intrínsecos a essa prática, atribuindo-lhe um aspecto de notória controvérsia. Concomitantemente, empreendeu-se uma análise rigorosa das manifestações dissidentes proferidas pelos veneráveis ministros do Supremo Tribunal Federal que divergiram da visão do relator durante a deliberação acerca da Reclamação Constitucional nº 4335/AC – um caso emblemático e representativo quanto à integração da mencionada teoria no espectro jurídico brasileiro –, com o propósito de proporcionar uma perspectiva mais abrangente e aprofundada sobre a temática em discussão.

Por fim, no terceiro e último capítulo do desenvolvimento, promoveu-se uma exposição detalhada da incongruência intrínseca ao paradigma atualmente adotado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na atribuição de eficácia *erga omnes* e efeito vinculante às suas decisões no âmbito do controle repressivo de constitucionalidade pela via difusa. Nesse intervalo, recorreu-se tanto aos argumentos apresentados para respaldar a postura da Suprema Corte quanto às razões elencadas no sentido de refutar a admissão da teoria da mutação constitucional.

Consequentemente, adentrou-se na análise minuciosa dos métodos constitucionalmente adequados para superar a inconstitucionalidade subjacente à posição do STF, proporcionando uma explicação mais detalhada do instituto da súmula vinculante, incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro por meio da Emenda Constitucional nº 45, o qual possui como objetivo unificar a interpretação e a aplicação do texto constitucional. Ademais, apresentou-se uma outra alternativa ao STF, notadamente a possibilidade de solicitar ao Poder Legislativo a modificação do Art. 52, X, da Constituição Federal de 1988 por meio de emenda constitucional, de forma a conferir ao Senado a competência exclusiva de tornar públicas as decisões do STF, dispensando, assim, a prerrogativa específica de suspender a norma do ordenamento jurídico.

Deste modo, compreendemos que o Supremo Tribunal Federal, ao recorrer à teoria da mutação constitucional, assume uma postura contrária à constitucionalidade ao conferir eficácia vinculante e *efeito erga omnes* às suas decisões no âmbito do controle difuso, sem a prévia autorização do Senado Federal, conforme estipulado no inciso X do Artigo 52 da Constituição Federal de 1988. Isso decorre do entendimento de que, sob nossa interpretação, a aplicação da mutação constitucional ao mencionado artigo não se justifica, visto que não se observam

alterações sociais ou temporais significativas que justifiquem uma reinterpretação espontânea da norma sem a necessidade de uma emenda ao seu texto.

Ademais, é imperativo enfatizar a clareza inequívoca do Art. 52, X, o qual não permite margem a interpretações que divirjam de sua intenção original de conferir competência exclusiva ao Senado Federal para esse propósito específico. Em suma, embora a intenção de equiparar os efeitos entre os diferentes tipos de controle seja compreensível e bem-intencionada, a abordagem adotada pelo Supremo Tribunal Federal para ampliar os efeitos de suas decisões no âmbito do controle de constitucionalidade pela via difusa carece de coerência e conformidade com a Constituição.

No entanto, conforme elucidado, o Supremo Tribunal Federal (STF) dispõe de outros meios para conferir os efeitos almejados às suas decisões no âmbito do controle de constitucionalidade pela via difusa. Estes meios foram, inclusive, concebidos pelo poder legislativo ao conceder ao STF a faculdade de pacificar interpretações, ou seja, atribuir efeito vinculante e *erga omnes* às suas decisões em casos de controle difuso, quando uma controvérsia atual é repetidamente julgada da mesma maneira pela Suprema Corte. Isso ocorre por meio do instituto da Súmula Vinculante, cujo resalta-se mais uma vez, destacando que este não seria eficaz e nem sequer seria utilizado se todas as decisões do STF, incluindo aquelas proferidas pela via concreta, já possuíssem efeito *erga omnes* e caráter vinculante.

Tal afirmativa se deve ao fato de que seria impraticável alcançar o critério de decidir reiteradas vezes uma matéria, uma vez que, obtidos os efeitos pretendidos, uma única decisão seria suficiente para pacificar a interpretação, eliminando assim a necessidade de repetidas apreciações da mesma matéria, tal qual como se necessita para a edição de um súmula vinculante.

Por fim, insta defender a imperiosa necessidade de que o Supremo Tribunal Federal (STF), com vistas a outorgar efeito vinculante e eficácia *erga omnes*, faça uso da edição de súmulas vinculantes, concernentes às temáticas especificamente apreciadas de forma reiterada, ou, em conformidade com o que prescreve a Carta Magna, remeta as decisões ao Senado Federal para que este, exercendo a prerrogativa que lhe é conferida, atribua os efeitos almejados em consonância com o Artigo 52, X, da CF/88.

É mister salientar que, acolhendo esta última via, poderá o STF aguardar a promulgação de uma emenda constitucional que modifique a letra do mencionado artigo, conferindo, de maneira automática, aquilo que já se verifica nas decisões proferidas sob o escopo do controle de constitucionalidade repressivo abstrato. O que se rechaça peremptoriamente é a postura

vigente do STF de flagrante desatendimento ao Artigo 52, X, da CF/88, ao prescindir da intervenção senatorial para conferir efeitos vinculantes e gerais às suas decisões em controle concentrado de forma incidental, culminando em uma patente insegurança jurídica e uma incontestada transgressão ao princípio da separação dos poderes, ao passo que arroga para si incumbências de competência exclusiva do poder legislativo.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, Luiz Alberto David; SERRANO, Vidal. **Curso de direito constitucional**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

BARROSO, Luís Roberto. **O controle de constitucionalidade no direito brasileiro**. 9. ed. São Paulo: Saraiva Educação SA, 2022.

BERNARDES, Juliano Taveira. **Controle abstrato de constitucionalidade**. São Paulo: Saraiva, 2004.

BITTENCOURT, C. A. Lúcio. **O Controle Jurisdicional da Constitucionalidade das Leis**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1949.

BOLZAN, Marcelo Buliani. **A evolução do controle incidental de constitucionalidade**. Revista Brasileira de Estudos Constitucionais, n. 04. Belo Horizonte: Fórum, 2007. Disponível em: < <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/6155> >. Acesso em: 22 dez. 2023.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Malheiros editores, 1994.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Reclamação Constitucional 4335/AC**. 2. Progressão de regime. Crimes hediondos. 3. Decisão reclamada aplicou o art. 2º, § 2º, da Lei nº 8.072/90, declarado inconstitucional pelo Plenário do STF no HC 82.959/SP, Rel. Min. Marco Aurélio, DJ 1.9.2006. 4. Superveniência da Súmula Vinculante n. 26. 5. Efeito ultra partes da declaração de inconstitucionalidade em controle difuso. Caráter expansivo da decisão. 6. Reclamação julgada procedente. Reclamante: Defensoria Pública da União. Reclamado: Juiz de Direito da Vara de Execuções Penais do Município de Rio Branco. Relator: Min. Gilmar Mendes, 20 de março de 2014. Disponível em: < <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=630101> >. Acesso em: 01 dez. 2023.

BULOS, Uadi Lamêgo. **Da reforma à mutação constitucional**. Revista de informação legislativa, v. 33, n. 129, p. 25-43, Brasília: Senado Federal, 1996.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição - 7ª Edição**. Coimbra: Leya, 2023.

COSTA, Ilton Garcia; JUNIOR, Fioravante Bizigato; MARQUES, Helio Lucas. **O Controle De Constitucionalidade No Brasil: da constituição de 1891 ao novo código de processo civil**. Relações Internacionais no Mundo Atual, v. 3, n. 24, p. 171-19. Curitiba: Editora Unicuriuba, 2020. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.21902/Revrima.v3i24.4026630101> >. Acesso em: 03 dez. 2023.

CUNHA JUNIOR, Dirley. **O princípio do ‘stare decisis’ e a decisão do Supremo Tribunal Federal no controle difuso de constitucionalidade.** Leituras complementares de direito constitucional: controle de constitucionalidade e hermenêutica constitucional. Salvador: Juspodivm, 2008.

DIMOULIS, Dimitri; LUNARDI, Soraya Regina. **Efeito transcendente, mutação constitucional e reconfiguração do controle de constitucionalidade no Brasil.** Revista brasileira de estudos constitucionais, n. 05. Belo Horizonte: Fórum, 2008. Disponível em: < <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/5828> >. Acesso em: 14 nov. 2023.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **O sistema constitucional brasileiro e as recentes inovações no controle de constitucionalidade:** Leis n. 9.868, de 10 de novembro de 1999. Revista De Direito Administrativo nº 220. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

FIEDLER, Wilfried. Sozialer Wandel, Verfassungswandel, Rechtsprechung. Munique: Karl Alber, 1972.

GOMES JÚNIOR, Luiz Manoel. **A repercussão geral da questão constitucional no recurso extraordinário.** Revista de Processo n. 142, p. 91-116. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005. Disponível em: < <https://hdl.handle.net/20.500.12178/113240> >. Acesso em: 21 dez. 2023.

HÄBERLE, Peter; MENDES, Gilmar. **Hermenêutica constitucional:** a sociedade aberta dos intérpretes da constituição: contribuição para a interpretação pluralista e "procedimental" da constituição. Porto Alegre: SA Fabris Editor, 2002.

JELLINECK, Georg. **Verfassungsänderung und Verfassungswandlung.** Berlin: Haring, 1906.

KELSEN, Hans. **Jurisdição constitucional.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LEITE, Glauco Salomão. **Súmula vinculante e legislação constitucional brasileira.** Rio de Janeiro: Forense, 2007.

LEITE, Glauco Salomão. **A extensão da eficácia erga omnes e do efeito vinculante às decisões de inconstitucionalidade em controle difuso pelo Supremo Tribunal Federal:** hipótese de mutação (in) constitucional. São Paulo: Observatório da Jurisdição Constitucional, 2009.

MACHADO, Antonio Cláudio da Costa. **Reforma do poder judiciário:** interpretada em seus aspectos processuais civis. Encarte ao Código de processo civil interpretado: artigo por artigo, parágrafo por parágrafo. 5. ed. Barueri: Manole, 2006

MEDEIROS, Orione Dantas de. **Uma dicotomia superada: o controle híbrido de constitucionalidade - no Brasil e em Portugal.** 2013. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/11088> >. Acesso em: 7 dez. 2023.

MENDES, Gilmar Ferreira. **O papel do Senado Federal no controle de constitucionalidade:** um caso clássico de mutação constitucional. Revista de Informação

Legislativa. Brasília: Senado Federal, 2004. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/1376>. Acesso em: 14 dez. 2023.

MONTEZ, Marcos Vinícius Lopes. **A abstrativização do controle difuso**. Teresina: Jus Navigandi, 2007.

MORAES, Alexandre de. **Constituição do Brasil interpretada e legislação constitucional**. 6 ed. Atualizada até a EC nº 52/06. São Paulo: Atlas, 2006.

OLIVEIRA, Pedro Miranda de. **A força das decisões judiciais**. Revista de Processo, v. 216. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

SANTOS, Cássio André Borges dos. **Súmula vinculante e controlo da constitucionalidade no Brasil**. 2020. Tese (Doutorado em Direito) Universidade de Coimbra, Coimbra, 2022. Disponível em: < <https://hdl.handle.net/10316/99263> >. Acesso em: 8 dez. 2023.

STRECK, Lenio Luiz; OLIVEIRA, Marcelo Andrade Cattoni de; LIMA, Martonio Mon'Alverne Barreto. **A nova perspectiva do Supremo Tribunal Federal sobre o controle difuso: mutação constitucional e limites da legitimidade da jurisdição constitucional**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2007.

TAVARES, André Ramos. **Processo “objetivo” como processo aberto ao concreto**. Revista Brasileira de Estudos Constitucionais, n. 04. Belo Horizonte: Fórum, 2007. Disponível em: < <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/6155> >. Acesso em: 22 dez. 2023.

VAINER, Bruno Zilberman. **Breve histórico acerca das constituições do Brasil e do controle de constitucionalidade brasileiro**. Revista Brasileira de Direito Constitucional, v. 16, n. 1, p. 161-191, 2010. Disponível em: <<http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/41939>>. Acesso em: 07 nov. 2011.

VELOSO, Zeno. **Controle jurisdicional de constitucionalidade**. Belém: Cejup, 1999.

VELOSO, Zeno. **O Senado precisa ser retirado do controle difuso de constitucionalidade**. Piracicaba: Editora Unimep, 2005.